

História do Brasil 4

Brasil República II

Pré-Vestibular

Teoria e Exercícios Propostos



Editora COC – Empreendimentos Culturais Ltda.
R. Deolinda, 70, esq. com a Av. Francisco Junqueira
Tel.: (16) 3603-9500 – CEP 14091-018
Jardim Macedo – Ribeirão Preto-SP

Índice.história do Brasil 4



Capítulo 01. A República Populista

1. Eurico Gaspar Dutra (1946-1951)	7
1.1. A Política Econômica	8
1.2. Os Comunistas e a Guerra Fria	8
1.3. A Sucessão	9
2. Getúlio Vargas (1951-1954)	10
2.1. A Política Econômica	10
2.2. O atentado da Rua Toneleros e o Suicídio	12
2.3. De Getúlio a Juscelino: Café Filho, Carlos Luz e Nereu Ramos	13
3. Juscelino Kubitschek (1956-1961)	15
3.1. O Nacional-Desenvolvimentismo	15
3.2. Os "50 Anos em 5" e suas Consequências	16
3.3. A Sucessão	18
4. Jânio Quadros (1961)	18
4.1. O Governo	18
4.2. A Renúncia	20

Capítulo 02. A Crise do Populismo

1. A Crise da Sucessão e o Parlamentarismo	22
2. João Goulart (1961-1964)	22
2.1. Governo Parlamentarista	22
2.2. Governo Presidencial	23
3. O Golpe de 1964	25

Capítulo 03. O Regime Militar

1. Castelo Branco (1964-1967)	27
2. Costa e Silva (1967-1969)	28
3. Emílio Médici (1969-1974)	30
4. Ernesto Geisel (1974-1979)	33
5. João Figueiredo (1979-1985)	35

Índice.história do Brasil 4

Capítulo 04. A Nova República

1. José Sarney (1985-1990)	38
1.1. A Posse	38
1.2. O Plano Cruzado	39
1.3. A Constituição de 1988	41
1.4. As Eleições Presidenciais de 1989	42
2. Fernando Collor (1990-1992)	44
2.1. A Política Econômica	44
2.2. O <i>Impeachment</i>	45
3. Itamar Franco (1992-1995)	47
4. FHC (1995-2002)	49
4.1. O Primeiro Mandato	49
4.2. O Segundo Mandato	49
5. Lula (2003–)	50

Exercícios Propostos	57
-----------------------------------	-----------



Capítulo 01. A República Populista

O grande desafio da transição operada a partir de 1945 era como convencer a população das vantagens da democracia constitucional. Numa sociedade tendencialmente conservadora, em que cidadania era um nome estranho para a maioria, em que só um pequeno número de seus membros a exercia efetivamente, como invocar uma redemocratização?

Essa questão torna-se ainda mais problemática se nos lembrarmos de que as massas populares só passam a gozar de alguns direitos – trabalhistas principalmente – durante o período de vigência da ditadura “estadonovista”. Desse modo, o significado da redemocratização soa irônico porque sugere objetivamente um convite ao retrocesso, na medida em que faz lembrar o tempo da liberdade dos patrões.

O historiador Lincoln de Abreu Penna colocou, nas palavras acima, um dos principais aspectos que marcaria o período posterior à Era de Vargas. Outro aspecto seria o nacionalismo, herdado da época de Vargas, em oposição à presença do capital estrangeiro – principalmente norte-americano – aliado a interesses de setores da burguesia brasileira, conhecidos como “entreguistas”.

1. Eurico Gaspar Dutra (1946-1951)

O general Eurico Gaspar Dutra foi eleito pela coligação partidária formada por PSD e PTB, vencendo o forte concorrente da UDN, representado pelo brigadeiro Eduardo Gomes. Apesar de derrotada, a UDN tinha grande influência política e conseguiu participar do governo Dutra ocupando dois ministérios: o das Relações Exteriores e o da Educação. Interessava à UDN colaborar com o governo para tentar reduzir a importância do prestígio de Getúlio Vargas junto à população, pois nas eleições de 1945, beneficiando-se da lei eleitoral, elegeu-se deputado e senador por vários Estados, optando por ser senador pelo Rio Grande do Sul, Estado de seu nascimento.

O Partido Comunista saíra da ilegalidade e seus líderes e membros, muitos dos quais saídos das prisões, tiveram larga votação nos centros urbanos, chegando a eleger Luís Carlos Prestes para o senado e uma bancada expressiva na Câmara dos Deputados. Possuindo cerca de 200 mil militantes, o Partido Comunista tornou-se o mais forte partido comunista da América Latina.

Em 18 de dezembro de 1946, foi promulgada a 4ª Constituição da República – a 5ª do Brasil – mantendo o presidencialismo, o federalismo e os três poderes.



How do you do, Dutra? — How tru you tru, Truman?, teria respondido o presidente, segundo piada corrente na época.

Apresentava, ainda, as seguintes características: restabelecimento do cargo de vice-presidente, fortalecimento do poder central; mandato de cinco anos para presidente e vice, voto universal obrigatório para maiores de 18 anos, exceto para analfabetos, cabos e soldados. A Assembléia Constituinte baseou-se na

Constituição de 1934, principalmente no que se referia às questões sociais, manutenção de muitas instituições corporativistas do Estado Novo.

1.1. A Política Econômica

O presidente Dutra recebeu a balança de pagamento em situação favorável. O surto industrial e o aumento das exportações, provocados pela guerra, haviam deixado ao país uma reserva disponível de 708 milhões de dólares. Aplicando uma política financeira exageradamente liberal, o governo abriu o país às importações indiscriminadas, principalmente para artigos de luxo, além de ter comprado diversas empresas estrangeiras deficitárias, como a de estradas de ferro, por preços elevados. O resultado disso foi a redução repentina das reservas brasileiras de 708 milhões para 29 milhões de dólares, no prazo de um ano.

Essa política econômica, baseada em princípios liberais, procurava abster o Estado do controle sobre a economia, especialmente em relação ao câmbio, tentando livrar a economia do espectro da intervenção estatal que marcava o Estado Novo.



O Presidente Dutra encontra-se com Juan Domingo Perón e sua esposa, Evita Perón, durante a inauguração da ponte de Uruguiana em abril de 1947.

O Ministro da Fazenda, Correia e Castro, afirmou – como se ainda estivesse na República Velha – que *“o Brasil deveria continuar sendo um país essencialmente exportador de produtos primários e importador de produtos industrializados, pois esta é uma característica da economia latino-americana.”*

Devido aos estragos feitos por essa política liberal, o governo resolveu abandoná-la em junho de 1947, com a reintrodução dos controles cambiais, pois as reservas em dólares estavam praticamente esgotadas, dificultando a capacidade de importação. Ao mesmo tempo, foi implantada uma política de créditos bancários a setores importantes da indústria, gerando um relativo crescimento da produção industrial.

No mesmo ano, foi elaborado o Plano Salte (saúde, alimentação, transporte e energia), que não chegou a ser implantado por falta de verba para sua execução. A mesma coisa ocorreu com os estudos feitos pela missão Cooke-Abbink, enviada ao Brasil pelo governo norte-americano, no contexto da política de boa vizinhança, para colaborar com análises sobre os fatores que, no Brasil, tendiam a promover ou retardar o desenvolvimento econômico. A missão concluiu que, diante dos vultosos recursos necessários para a realização de todas as sugestões dadas e da impossibilidade de o governo e a iniciativa privada nacional disporem de verbas, a solução era buscar recursos externos. O historiador Lincoln de Abreu Pena diz que *“mais do que um plano de ação, o que resultou desse diagnóstico foi um conjunto de subsídios de modo a satisfazer às necessidades do conhecimento da realidade brasileira por parte dos Estados Unidos. Atendia também à concepção dominante do governo Dutra, particularmente à sua orientação “privativista” e pro-norte-americana.*

Acrescente-se a essa convergência de interesses a situação internacional marcada pela Guerra Fria, que forçava os países dependentes economicamente a se aliarem face à bipolarização reforçada pelo desfecho da Guerra”.

1.2. Os Comunistas e a Guerra Fria

As maiores dificuldades do governo Dutra eram representadas pelos comunistas – que arregimentavam o operariado – e por setores getulistas. Os comunistas passaram a compor, cada vez mais, bancadas legislativas; em São Paulo, por exemplo, 18 vereadores da Câmara



Municipal eram comunistas, e na Assembléia Legislativa foram eleitos 23, com boa votação em cidades operárias como Santo André; em Recife, dos 25 membros da Câmara Municipal, 11 eram comunistas. Além disso, o PCB estabeleceu alianças com setores políticos originários da Era Vargas, como aconteceu com Ademar de Barros, do PSP, e Agamenon Magalhães, do PSD de Pernambuco. Ambos foram interventores – o primeiro em São Paulo e o segundo, em Pernambuco – durante a Era Vargas. Em 1947, o cenário nacional ficou mais tenso com a repercussão da Doutrina Truman, que dera início à Guerra Fria. Campanhas contra os comunistas passaram a ser uma constante na imprensa, como na revista *O Cruzeiro* e no jornal *O Estado de S. Paulo*.

Diante disso, os comunistas, ironicamente, passaram a desestimular as greves. O Movimento de Unificação dos Trabalhadores (MUT), criado pelos comunistas em 1945 com a finalidade de fazer política intersindical, chegou até a solicitar aos trabalhadores que tivessem calma e apertassem o cinto. Não adiantou. O governo decretou a extinção do PCB, com a alegação de que o partido era regido por um estatuto clandestino. Em seguida, o poder legislativo cassou os mandatos de todos os parlamentares que haviam sido eleitos pelo PCB.

Durante o ano de 1947, 143 organizações sindicais sofreram intervenção governamental, atingindo cerca de 400 até o ano de 1950. Em maio de 1947, o Brasil rompeu relações com a União Soviética.

A atitude do governo Dutra, no que se refere à repressão ao comunismo, não era isolada. Integrava, na realidade, uma estratégia concebida pelo governo dos Estados Unidos para o continente latino-americano. Seu principal instrumento surgiu na Conferência Interamericana de Petrópolis, de agosto de 1947, quando do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR). Este instrumento se incumbiria de prestar cooperação econômica aos seus membros, mas sobretudo de muni-los contra as possíveis agressões do comunismo internacional.

Lincoln de Abreu Penna - República Brasileira.

1.3. A Sucessão

Nem bem Dutra havia assumido a Presidência, em janeiro de 1946, e os adeptos de Getúlio Vargas já estavam manipulando o seu retorno ao poder.

As eleições de 1945, em que Getúlio teve uma enxurrada de votos, foram um grande estímulo para que se articulasse o seu retorno. Getúlio optou pela cadeira no Senado, representando o Rio Grande do Sul, mas pouco apareceu por lá.



Ademar de Barros, quando governador do Estado de São Paulo, discursa ao inaugurar uma obra. Foi um dos maiores expoentes do populismo, tendo realizado várias obras, como a Via Anchieta (São Paulo – Santos) e o Hospital das Clínicas. Criou lemas que ficaram famosos e alguns continuam sendo usados por alguns políticos atuais, como, por exemplo: "rouba, mas faz". Curiosamente (ou tristemente), seus eleitores diziam essa frase com orgulho.

Em 1949, Getúlio começou a aparecer com mais vigor e ostentando uma postura democrática. Thomaz Skdimore diz que, como líder do PTB, Vargas enunciava a sua filosofia política do trabalhismo – uma mistura de medidas de bem-estar social, atividade política da classe operária e nacionalismo econômico. (...) O trabalhismo não foi no entanto o único movimento político a funcionar nas cidades. O Partido Comunista havia mostrado força em 1945 e 1947, especialmente no Rio de Janeiro e em São Paulo. O seu fechamento legal em 1947 cedo o afastou como

força autônoma, publicamente justificável. Força eleitoral mais dinâmica em São Paulo, era o movimento do político populista Ademar de Barros. Ademar havia montado uma formidável máquina eleitoral, o PSP, que se infiltrava bem pelo interior do Estado de São Paulo.

Graças a esta estratégia, Getúlio Vargas conseguiu vencer as eleições de 3 de outubro de 1950. Enquanto Getúlio recebia 48,7 por cento dos votos, o brigadeiro Eduardo Gomes, da UDN, ficava com 29,7 por cento e, em terceiro lugar, aparecia o candidato do PSD, Cristiano Machado, com 21,5 por cento dos votos.

2. Getúlio Vargas (1951-1954)

2.1. A Política Econômica

No dia 31 de janeiro de 1951, Getúlio Vargas assumiu a Presidência da República. Pela primeira vez alcançava a Presidência pelo voto popular direto. E o País não era o mesmo que ele havia governado anteriormente: a sociedade estava mais complexa e diferenciada, os industriais se fortaleceram, as classes médias urbanas cresceram e os trabalhadores se multiplicaram. Outro aspecto novo era a grande presença do capital externo na economia brasileira.



Getúlio Vargas em fotos que caracterizaram sua imagem: bonachão, fumando charuto.

Neste contexto, desenvolveram-se duas correntes de pensamento econômico: uma delas defendia a participação do capital externo – principalmente norte-americano – para possibilitar o desenvolvimento; a outra defendia um desenvolvimento baseado no capitalismo nacional e não aceitava a presença do imperialismo. A primeira era defendida pela UDN e políticos e industriais liberais, os quais passaram a ser chamados de "entreguistas"; a segunda corrente era apoiada pelos estudantes, classe média, trabalhadores e comunistas. Getúlio manteve-se fiel ao seu pensamento nacionalista-populista, mas sabia que não podia menosprezar a forte presença do capital norte-americano e a poderosa influência política dos EUA. Entretanto, defendia que esses capitais deveriam ser disciplinados e o Estado teria uma parcela importante no desenvolvimento do País.

Em 1951, uma Comissão Mista Brasil-Estados Unidos para o Desenvolvimento Econômico buscava eliminar obstáculos ao fluxo de investimentos públicos e particulares, estrangeiros e nacionais, necessários para promover o desenvolvimento econômico. Vargas permitia o capital estrangeiro no País, em associação com os capitais nacionais, mas não admitia a desnacionalização da economia. O governo, com base em empréstimos do Eximbank e do Bird, iniciou um programa de investimentos em infra-estrutura, como energia, transporte, indústria de base, siderurgia, petroquímica etc.

Em 1952, Vargas criou o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), destinado a "anular ou reduzir deficiências infra-estruturais que impedem o regular desenvolvimento da economia brasileira."

A política cambial favorecia a importação de matérias-primas e equipamentos e restringia a de bens de consumo, reservando para os produtos nacionais o mercado interno de bens manufaturados de consumo.



Fazendo o que ficou conhecido como "confisco cambial", Vargas possibilitou a redistribuição de renda nacional em favor do governo e do setor industrial. Segundo organismos oficiais, como a Cepal e a Fundação Getúlio Vargas, o crescimento industrial brasileiro, entre 1946 e 1955, atingiu a média anual de 8,5%.

Entretanto, o nacionalismo crescia na sociedade brasileira. A expressão máxima desse nacionalismo expressou-se na campanha "O petróleo é nosso". As discussões sobre o petróleo no Brasil vinham desde o governo Dutra, quando algumas empresas petrolíferas estrangeiras passaram a se interessar pela pesquisa de solo. No Clube Militar, alguns oficiais passaram a defender publicamente o controle da exploração do petróleo pelo governo brasileiro e cunharam a frase que se tornaria o lema da campanha: "O petróleo é nosso". No ano de 1948, a UNE (União Nacional dos Estudantes) promoveu várias manifestações em defesa do monopólio do petróleo. Houve até um concurso para eleger a Rainha do Petróleo Brasileiro, cuja vencedora foi – atente para seu nome – Petronilha Pimentel.

A campanha ganhou novo ímpeto a partir da eleição de Getúlio Vargas e com as divergências entre os "nacionalistas" e "entreguistas". Em dezembro de 1951, Getúlio Vargas enviou ao Congresso a mensagem nº 469, com o projeto que criava a Petrobras. Esse projeto não falava em monopólio estatal, com o objetivo de não atrapalhar possíveis interessados particulares que pudessem investir na exploração de petróleo. Com isso, Getúlio esperava agradar a todos. Não agradou. Os nacionalistas botaram a boca no mundo, qualificando o projeto de "entreguista". Em 1952, o deputado Eusébio Rocha apresentou um substitutivo em que a Petrobras seria uma empresa de capital misto e propunha um rígido monopólio estatal (prospecção e produção seriam atribuições exclusivas do Estado), não admitia refinarias particulares e excluía a iniciativa privada de todos os setores, exceto na distribuição e na posse de ações negociadas em bolsa por brasileiros natos. E foi assim que, em 3 de outubro de 1953, Getúlio Vargas criou a Petrobras baseada na lei nº 2004.

Após a criação da Petrobras, as coisas começaram a ficar cada vez mais complicadas para Getúlio. De um lado, os trabalhadores, descontentes com a inflação que corroía seus salários, e, de outro, os Estados Unidos, raivosos com a política nacionalista imprimida por Getúlio, acelerada com a mudança de seu ministério, destacando-se Osvaldo Aranha na Fazenda e João Belchior Marques Goulart no Trabalho.

Os trabalhadores passaram a realizar sucessivas greves, o que levou o governo a promulgar uma "lei sobre os crimes contra o Estado e a ordem política e social", pela qual seriam considerados **delinqüentes** aqueles que "convocam ou realizam comício ou reunião pública a céu aberto, em lugar não autorizado pela polícia."

Os Estados Unidos embromavam nas promessas feitas de apoiar o desenvolvimento industrial e, em novembro, um mês depois da criação da Petrobras, o governo norte-americano avisou que, dos 250 milhões de dólares prometidos pelo então presidente Truman, somente seriam entregues 100 milhões. Era, na verdade, uma resposta não só à criação da Petrobras, mas também a outras ações do governo brasileiro, como a reforma cambial – que encarecia os bens importados para favorecer a indústria nacional –, a lei de remessa de lucros e a sustentação do preço do café.

A fim de ganhar o apoio dos trabalhadores para enfrentar a oposição, Getúlio aprovou a proposta de João Goulart em aumentar o salário mínimo em 100%. A oposição explodiu. A imprensa despencou em impropérios, um grupo de coronéis emitiu um documento conhecido como *Memorial*, acusando o governo de corrupto e comunista, exigindo a demissão de João Goulart. Getúlio cedeu às pressões e demitiu o ministro do trabalho que, ao sair, disse: *aceitar o capitalismo honesto, mas não o desumano (...) caracteristicamente antibrasileiro, que gera trustes e cria privilégios.*

A UDN e os conservadores passaram a pensar em destituir Getúlio, nem que fosse pelo golpe.

2.2. O Atentado da Rua Toneleros e o Suicídio

À meia-noite e meia da madrugada de 5 de agosto de 1954, Carlos Lacerda chegava em sua residência, na Rua Toneleros, 180, em Copacabana, em companhia de seu filho e do major Rubens Vaz, da Aeronáutica. Despediram-se à porta da residência de Lacerda, quando alguém disparou um tiro que atingiu o pé de Lacerda. O major Vaz, dando a volta em torno do seu carro, surpreendeu o atirador e avançou em sua direção. Novos disparos e o major caiu mortalmente ferido. Foi ferido também o guarda municipal Sávio Romeiro, que, tendo presenciado o atentado, conseguiu revidar com um tiro, que acertou o táxi em que o atirador fugia, e anotar a placa do veículo.



Carlos Lacerda é carregado por amigos, na saída do hospital. No dia do atentado, Lacerda publicou em seu jornal, *Tribuna da Imprensa*, um editorial, dizendo: "Há neste país quem não saiba que a corrupção do governo Vargas gera o terror do seu bando? Dia após dia, noite após noite, a ronda da violência faz o cerco aos que não cedem à coação do dinheiro. (...) A visão de Rubens Vaz, na rua (...), impede-me de analisar a frio, neste momento, a hedionda emboscada desta noite. Mas, perante Deus, acuso um só homem como responsável por esse crime (...) Este homem chama-se Getúlio Vargas."

O inquérito sobre o caso saiu da responsabilidade da polícia e passou para a Aeronáutica – daí o nome de República do Galeão. No dia 8, a trama começou a ser esclarecida com a prisão do motorista do táxi usado na emboscada. No dia 17, graças às informações prestadas pelo motorista do táxi foi preso no Estado do Rio, no meio do mato, apavorado, Climério Eurides de Almeida, o atirador assassino.

Climério pertencia à guarda presidencial e a investigação acabou chegando ao chefe da guarda de Getúlio, Gregório Fortunato, acusado de ter sido o mandante do atentado.



O suicídio de Getúlio provocou várias manifestações populares, principalmente contra Carlos Lacerda e jornais que o criticavam como, por exemplo, O Globo. Entretanto, a manifestação mais comum foi a emoção e o choro, demonstrando um sentimento de perda.

A Aeronáutica, a oposição – principalmente a UDN com a sua "banda de música" – e a imprensa fizeram um verdadeiro show, com acusações absurdas e irresponsáveis com o intuito de atemorizar a população.

A 21 de agosto de 1954, o vice-presidente, Café Filho, que era um alvo especial para a tentativa da UDN de fomentar uma cisão dentro do governo, sugeriu a Getúlio que ambos resignassem o mandato presidencial. Getúlio recusou-se, dizendo a Café Filho que não abandonaria o Palácio antes do fim do seu mandato, exceto morto. No dia 23 de agosto, Café Filho rompeu publicamente com o presidente.

No mesmo dia, 27 generais do Exército fizeram um manifesto à Nação exigindo a renúncia de Getúlio.

Na madrugada de 24 de agosto, Vargas suicidou-se com um tiro no coração, afirmando numa carta-testamento que não pôde resistir a uma campanha subterrânea dos grupos internacionais aliados a grupos nacionais que tentavam bloquear o regime de proteção ao trabalho, as limitações dos lucros excessivos e as propostas de criar a Petrobras e a Eletrobras, que os lucros das empresas alcançavam até 500% ao ano e terminava a carta, afirmando: "Eu ofereço em holocausto minha vida. Agora ofereço a minha morte. Nada receio, serenamente dou o primeiro passo no caminho da eternidade e saio da vida para entrar na História".

Autêntica ou não, a carta-testamento foi imediatamente aceita como tal pelo povo. Terminaria a indecisão de Getúlio entre uma política ortodoxa ou nacionalista. Sua carta-suicídio era o apelo nacionalista mais vigoroso que jamais fizera.

A reação do povo surpreendeu seus oponentes. Uma onda de simpatia por Getúlio Vargas envolveu o país. Lacerda, o jornalista da cruzada, cuja coragem havia galvanizado a oposição, precisou esconder-se e pouco depois deixava o país à espera de que a fúria do povo amainasse. Caminhões de entrega do jornal oposicionista O Globo foram queimados pela multidão enfurecida, que se lançou de assalto ao edifício da embaixada dos Estados Unidos.

Skidmore, T. Brasil: De Getúlio a Castelo. Ed. Saga.



Gregório Fortunato, chefe da guarda pessoal de Getúlio Vargas, presta depoimento após ser preso sob a acusação de ter sido responsável pelo "atentado da Rua Toneleros" contra o jornalista Carlos Lacerda, e em que morreu o major Vaz, da Aeronáutica.

2.3. De Getúlio a Juscelino: Café Filho, Carlos Luz e Nereu Ramos

Após a morte de Getúlio Vargas, o governo passou ao vice-presidente Café Filho, que deveria completar o mandato presidencial.

Nas eleições presidenciais de outubro de 1955, três candidatos concorreram: o marechal Juarez Távora, pela UDN, o governador paulista, Ademar de Barros, pelo PSP, e o governador mineiro, Juscelino Kubitschek de Oliveira, pela coligação PSD/PTB. Juscelino foi eleito, tendo como vice-presidente João Goulart, ex-ministro do Trabalho de Getúlio Vargas.

A 8 de novembro do mesmo ano, o presidente Café Filho licenciou-se por motivo de saúde e foi substituído pelo presidente da Câmara dos Deputados, Carlos Luz, que pertencia a uma ala dissidente do PSD mineiro e fora contrário à candidatura de Juscelino Kubitschek.

O ministro da Guerra, general Teixeira Lott, proibia os militares de se manifestarem sobre a atualidade política. Havia muitas desconfianças da parte da alta oficialidade militar contra os eleitos, sobretudo em relação a Goulart; o coronel Bizarria Mamede discursou no enterro do general Canrobert Pereira da Costa, manifestando-se contrário à posse dos eleitos. Como estivesse submetido diretamente à Presidência da República, o ministro da Guerra solicitou ao presidente sua punição.



Café Filho, vice-presidente, assume a presidência após o anúncio do suicídio do presidente Getúlio Vargas. Entretanto, Café Filho licenciou-se logo em seguida, gerando uma tremenda crise política.

Por não ter sido atendido em sua solicitação, Lott decidiu renunciar ao Ministério da Guerra. Carlos Luz estava propenso a nomear seu substituto, quando elementos da oficialidade do Exército convenceram Lott a permanecer no cargo, pois temiam uma possível conspiração, liderada por elementos da UDN e por Carlos Lacerda, para impedir a posse de Juscelino e Goulart.



Marechal Teixeira Lott, ministro da Guerra, foi o responsável pelo chamado "golpe preventivo", com o intuito de garantir a posse de Juscelino Kubitschek, eleito presidente.

O general Lott não renunciou e desfechou, em 11 de novembro, um golpe de Estado preventivo. O Congresso declarou o impedimento de Carlos Luz e a Presidência passou para Nereu Ramos, presidente do Senado Federal, que, em 31 de janeiro de 1956, entregou a presidência para Juscelino Kubitschek de Oliveira e a vice-presidência para João Goulart.

Exercícios Resolvidos

01. (PUC-SP) O Plano Salte, organizado no governo Dutra (1946), previa, juntamente com a missão Abbink, uma cooperação brasileiro-americana para:

- a) garantir verbas para pagar a dívida externa brasileira.
- b) ligar o Brasil ao sistema de espionagem controlado pela *International Telegraph and Telephon* (ITT).
- c) controlar a produção bélica através da Engesa.
- d) dominar a construção de hidrelétricas.
- e) reconhecer os pontos de estrangulamento da economia brasileira e apoiar seu arranque em relação à saúde, alimentação, transporte e energia.

Resposta: E

02. (FCC-SP) As tensões sociais no governo constitucional de Getúlio Vargas (1950-1954) resultaram, entre outros fatores, da:

- a) criação do monopólio estatal da exploração e refino do petróleo em 1953.
- b) insatisfação operária com a política salarial do Ministério do Trabalho.
- c) oposição política de setores liberais contra o intervencionismo econômico do Estado.
- d) radicalização política do governo para enfrentar os grupos de esquerda.
- e) tentativa de criação de uma república sindicalista, inspirada na experiência espanhola.

Resposta: C

3. Juscelino Kubitschek (1956-1961)

Juscelino começou a governar enfatizando a necessidade de se promover “desenvolvimento e ordem”, objetivos gerais compatíveis com os das Forças Armadas. O presidente tratou de atender reivindicações específicas da corporação militar, no plano dos vencimentos e de equipamentos. Tratou também de manter, tanto quanto possível, o movimento sindical sobre controle. Além disso, acentuou-se a tendência de indicar militares para postos governamentais estratégicos. Por exemplo, na Petrobras, assim como no Conselho Nacional do Petróleo, os principais cargos ficaram em mãos de membros das Forças Armadas. (...) Um dos principais expoentes do apoio militar ao governo JK foi o general Lott – ministro da Guerra durante praticamente os cinco anos de mandato presidencial. (...)

No plano da política partidária, o acordo entre PSD e PTB garantiu a sustentação aos principais projetos do governo no Congresso. (...) Em boa parte de seu governo, Juscelino conseguiu sintetizar os limites de ação dos dois partidos. O princípio de “desenvolvimento e ordem” era adequado aos quadros do PSD, de onde provinha. No plano social, não se opôs aos interesses da burocracia sindical e tratou de limitar as explosões grevistas. Desse modo, não cortou os passos do PTB e de Jango, embora não se possa dizer que fizesse o jogo desse partido. O PSD representou a força predominante da aliança partidária. Ele possuía maioria no Congresso, fornecia o maior número de ministros de Estado e controlava a política financeira do país.

Fausto, B. História do Brasil.



Foto do porta-aviões Minas Gerais, comprado por JK com o intuito de acalmar a Marinha. O cantor e compositor Juca Chaves fez uma “homenagem” ao porta-aviões em uma canção que diz: *Brasil já vai à guerra, comprou porta-aviões. Um viva pra Inglaterra. 82 milhões. Ah! mas que ladrões!*

3.1. O Nacional-Desenvolvimentismo

Crescimento e Desenvolvimento

O crescimento econômico se traduz por mudanças quantitativas na esfera global da produção, sem a correspondência necessária com a melhor distribuição de renda, enquanto o desenvolvimento econômico constitui um processo de mudanças qualitativas na estrutura da economia, traduzidas por melhorias do bem-estar social das populações, tornando menos profundas as desigualdades na distribuição de renda do país.

A expressão nacional-desenvolvimentismo, que marcou o governo JK, não denominava, na verdade, o nacionalismo, mas uma política econômica que combinava a ação do Estado com as empresas nacionais e com o capital estrangeiro para promover o desenvolvimento baseado na industrialização. Isso foi possível graças à relativa estabilidade política do período, resultado da habilidade de JK em encontrar soluções para cada caso, evitando, assim, possíveis conflitos diretos com a oposição. Conforme Skidmore, “isto significava capitalizar as alianças getulistas sem o autoritarismo ou o populismo dos quais Vargas lançou mão em vários estágios de sua carreira”. Um exemplo disso foi quando militares da Força Aérea se revoltaram contra o governo: a primeira revolta foi em 1955, em Jacareacanga, e a segunda, em 1959, em Aragarças. Ambas, frutos da pregação golpista de – veja só – Carlos Lacerda, o “corvo da política brasileira”. Juscelino, agindo à moda mineira, anistiou os revoltosos, propagando, dessa forma, uma atitude benevolente e conciliatória. Ao mesmo tempo, enfatizava suas realizações, Brasília, por exemplo.



JK, conhecido como “pé-de-valsas”, por gostar de dançar e como “Nonô”, pelos íntimos, também gostava de uma seresta. Na foto, canta *Peixe vivo* – canção que passou a ser hino à memória de JK – com estudantes de Diamantina (MG), sua terra natal.

A idéia de Brasília

*Em Jataí (...) ocorreu um fato (...) que iria tornar aquele comício histórico. Quando, ao terminar o discurso, indaguei se alguém desejava fazer-me alguma pergunta, um popular (...) me interpelou: “Já que o senhor se declara disposto a cumprir integralmente a Constituição, desejava saber se irá pôr em prática aquele dispositivo da Carta Magna que determina a transferência da capital da República para o planalto goiano.” (...) O apartante chamava-se Antônio Carvalho Soares, o Toniquinho. Era coletor estadual, (...) Não hesitei um segundo e respondi (...) “Acabo de prometer que cumprirei, na íntegra, a Constituição, e não vejo razão para ignorar esse dispositivo. Durante o meu quinquênio, farei a mudança da sede do Governo e construirei a nova capital”. (...) Assim, ao deixar Jataí (...), já o meu Programa de Metas estava alterado. As 30 metas iniciais seriam mantidas, mas a elas havia sido acrescentada a da construção de Brasília, que eu iria denominar a **Meta-Síntese**.*

Juscelino Kubitschek

Brasília foi o símbolo de seu governo e a meta-síntese de seu Plano de Metas. Durante a campanha eleitoral, JK ressaltava a necessidade de se construir a nova capital, cumprindo um preceito constitucional que vinha desde a Constituição de 1891. Ele colocou a construção de Brasília como um ponto de honra de seu governo. Entregou a responsabilidade do projeto e da construção ao arquiteto Oscar Niemayer e ao urbanista Lúcio Costa. Brasília não foi construída apenas para cumprir a Constituição, mas também para retirar a capital do Rio de Janeiro, onde a agitação política era muito intensa, e incentivar a interiorização da população e da economia.

3.2. Os “50 Anos em 5” e suas Consequências

Os “50 anos em 5” aumentaram as desigualdades regionais, alargando o fosso entre o Nordeste e o Centro-Sul do país. A velha dinâmica da substituição de importações cedeu lugar à produção de bens de capital e de bens de consumo duráveis. A indústria de materiais de transporte, por exemplo, aumentou sua produção em 700% entre 1956 e 1961; a de máquinas e ferramentas em 125%; a indústria química em 106% e a metalúrgica em 78%. Entre as indústrias de bens de consumo duráveis, o grande destaque foi a automobilística, que levou à instalação ou desenvolvimento de outros setores, como o de autopeças, o metalúrgico, o siderúrgico, entre outros.

Com o desprezo pelo meio agrário, acentuou-se o êxodo rural, o que provou o aumento do desemprego e dos problemas de transporte urbano, habitação e saneamento nas cidades.

Em junho de 1959, não querendo prejudicar o seu Plano de Metas nem provocar perturbações sociais, JK rompeu com o Fundo Monetário Internacional, que exigia um plano de estabilização econômica. Conseguiu aplausos e apoio dos setores de esquerda e dos nacionalistas.

Cruz Costa afirma que os estudos sobre o problema do desenvolvimento passaram por algumas fases: na primeira parte da época de Vargas, vestiram-se de uma forma mais positiva ou pragmática; no governo Dutra esses estudos foram malvistas e considerados, pelo reacionarismo político que caracterizou aquele governo, como fruto da influência de doutrinas exóticas e subversivas, identificando-o com o comunismo. Quando do retorno de Vargas, em 1951, com a polêmica em torno da questão do petróleo, os estudos desenvolvimentistas tomaram novo vigor e, ao mesmo tempo, tornaram-se para alguns ainda mais suspeitos. Por fim, os estudos desenvolvimentistas assumiram um aspecto histórico, técnico e especulativo, apresen-

tando-se algumas publicações do Instituto superior de Estudos Brasileiros confusas e equívocas, oscilando entre teses de direita e de esquerda e até, por vezes, confundindo-se.

Para José Honório Rodrigues, o governo JK representou um traço de otimismo que sensibiliza e atrai os brasileiros. A liderança otimista que vê no desenvolvimento o problema fundamental, que promete e confia no alívio próximo das dificuldades populares, que acredita mais na salvação do que na danação, que não odeia, não discrimina, não lamenta frustrações ou ressentimentos.

*A taça do mundo é nossa!
Com brasileiro não há quem possa!
Eeeta, esquadrão de ouro
é bom no samba ...
é bom no couro ...*



De pé, da esquerda para a direita: Feola, Djalma Santos, Zito, Bellini, Nilton Santos, Orlando, Gilmar. Agachados: Garrincha, Didi, Pelé, Vavá, Zagalo e Paulo Amaral (preparador físico).

3.3. A Sucessão

Nas eleições de 1960, concorreram três candidatos à presidência da República: Jânio Quadros, de uma coligação partidária encabeçada pelo PTN e pela UDN, o marechal Henrique Teixeira Lott, da coligação PSD-PTB e com o apoio de JK, e Ademar de Barros, pelo PSP. Jânio Quadros obteve uma das mais estrondosas vitórias eleitorais vistas até então: 48% dos votos, enquanto Lott obtinha 28% e Ademar de Barros, 23%. Para vice-presidente foi eleito João Goulart, componente da chapa eleitoral de Lott. Isso foi possível porque, na época, o eleitor podia votar no candidato a presidente de uma chapa e no candidato a vice de outra.

4. Jânio Quadros (1961)

4.1. O Governo

No seu discurso de posse, Jânio Quadros enfatizou os dois grandes problemas que teria de enfrentar: a inflação e a dívida externa. Isso não seria fácil, pois qualquer plano de contenção de despesas e controle de inflação mexe com vários interesses. Além do mais, um problema extremamente sério ainda perdurava: a disparidade na formação do Congresso Nacional em relação à posição do presidente. Ou seja, as oligarquias agrárias ainda dominavam os Estados predominantemente rurais – muitas delas ainda pensavam em termos da vida política anterior à Revolução de 30 – e, em virtude de membros do Congresso serem escolhidos de acordo com a população, elas eram super-representadas em relação às áreas mais desenvolvidas. Enquanto isso, o presidente era eleito pelo voto nacional total e deveria representar os interesses nacionais, o que criava, portanto, uma situação conflitante. Assim – escreve Celso Furtado –, a estrutura constitucional brasileira, como outros sistemas federais, combinando um presidente elei-

to popularmente com um corpo legislativo carregado de grande representação regional, apresenta incapacidade para responder com presteza à necessidade de rápidas transformações socioeconômicas.



Nesta foto, Jânio Quadros aparece ladeado, à sua direita, pelo governador de São Paulo, Carvalho Pinto, e, à sua esquerda, o mal. Costa e Silva que, mais tarde, seria um dos líderes do golpe militar de 31 de março de 1964 e, também, presidente da República.

Fonte: Brasil 500 anos.

Jânio, tendo que enfrentar esses obstáculos, mesmo sem um plano de governo, procurou superá-los.

Dessa forma, assinou a Instrução 204 da Sumoc com diversos dispositivos: o sistema cambial foi reformado e o cruzeiro (moeda da época) desvalorizado em 100%. Jânio diminuiu os subsídios para a importação do trigo e da gasolina, provocando uma alta dos preços do pão e dos transportes; restringiu o crédito, aumentou os impostos, congelou os salários e reduziu os vencimentos e vantagens dos militares.

Essas medidas procuravam aumentar as exportações, o que resultaria no aumento das reservas em moeda estrangeira e na redução do déficit governamental. A repercussão no exterior foi favorável, possibilitando que o FMI (Fundo Monetário Internacional), já de relações reatadas com o Brasil, aprovasse a renegociação da dívida externa brasileira e autorizasse novos empréstimos ao Brasil. Foram feitos acordos com vários países, obtendo o Brasil recursos da ordem de 726 milhões de dólares.



Jânio também promoveu reformas na administração pública, procurando dar mais eficiência e diminuindo a corrupção. Era uma maneira de demonstrar que estava colocando em prática a sua política de “limpar” o governo dos corruptos, usando a sua vassoura (seu símbolo político de campanha).

Entretanto, a política econômica e a política administrativa geraram descontentamentos em vários setores da sociedade, inclusive no Congresso Nacional, que fazia oposição ao presidente vetando as iniciativas do Executivo ou aprovando-as somente após longos e intensos debates, como já era previsto.

Talvez por esses motivos, Jânio tenha passado a se preocupar com coisas supérfluas, como as proibições das corridas de cavalo nos hipódromos em dias de semana, do uso de biquíni nas praias, das brigas de galo e do uso de lança-perfume no carnaval.

Enquanto Jânio encontrava sérios obstáculos na política interna, a política externa também apresentava sérios problemas. Com o seu ministro das Relações Exteriores, Afonso Arinos de Melo Franco, da UDN, Jânio procurou levar o Brasil a uma política externa independente. Ou seja, procurou não seguir a “cartilha” dos Estados Unidos ditada pela Guerra Fria, procurando se relacionar diplomática e comercialmente com todos os países, independentemente de sua posição ideológica. O interesse de Jânio era expandir e aumentar as exportações brasileiras para todo o mundo, inclusive para os países do bloco comunista, que constituiria um grande mercado consumidor para os produtos brasileiros, inclusive os produtos industrializados.

Dessa forma, Jânio estava colocando em prática uma política de defesa do princípio de autodeterminação dos povos. Destacou-se nessa política a não-aceitação, pelo Brasil, do boicote econômico e da intervenção armada norte-americana, em 1961, contra Cuba.

Essa posição fez com que as relações com os Estados Unidos, durante a presidência de John Kennedy, ficassem abaladas.

Por esses motivos, Jânio passou a ser duramente criticado pelos setores conservadores da sociedade, especialmente pela Igreja Católica, por facções das Forças Armadas, por políticos de direita e pela imprensa, destacando-se a *Tribuna da Imprensa*, *O Globo* e *O Estado de S. Paulo* e, principalmente – ele não podia faltar – Carlos Lacerda.



No dia 18 de agosto de 1961, uma semana antes da renúncia, o presidente Jânio Quadros condecorou com a Ordem do Cruzeiro do Sul o ministro da Indústria e Comércio de Cuba, o já lendário Che Guevara. Esse fato colocou a oposição em polvorosa. Foi praticamente o estopim da renúncia.

Apesar das críticas e da forte oposição, Jânio continuou com sua política econômica e com a sua política externa independente. Em maio, o presidente recebeu uma missão comercial da República Popular da China. Em junho, esteve no Brasil a Missão Soviética de Boa Vontade, cujo objetivo era incrementar o comércio e o intercâmbio cultural.

Em 18 de agosto, deu-se um fato que incendiou as relações entre o presidente e a oposição: Jânio Quadros condecorou Che Guevara, ministro da Indústria e Comércio de Cuba. A repercussão foi intensa. A imprensa colocou o presidente em posição de “judas de malhação”, protestando com veemência e promovendo manifestações violentas, como a realizada pela Cruzada Brasileira Anticomunista.

4.2. A Renúncia

Somando-se a toda essa crise, na noite de 24 de agosto de 1961, Carlos Lacerda – governador do Estado da Guanabara – fez um pronunciamento transmitido pelo rádio e pela televisão, onde denunciava uma tentativa de golpe articulado por Jânio e por seu ministro da Justiça Oscar Pedroso Horta.

No dia seguinte, bem cedo, logo após passar em revista as tropas, na comemoração do Dia do Soldado, Jânio renunciou ao mandato.

A renúncia não chegou a ser esclarecida. O próprio Jânio negou-se a dar uma versão clara dos fatos, aludindo sempre às “forças terríveis” que o levaram ao ato. A hipótese explicativa mais provável combina os dados de uma personalidade instável com um cálculo político equivocado. Segundo essa hipótese, Jânio esperava obter com uma espécie de “tentativa de renúncia” maior soma de poderes para governar, livrando-se até certo ponto do Congresso e dos partidos. Ele se considerara imprescindível para o Brasil como presidente. Acaso os conservadores e os militares iriam querer entregar o país a João Goulart? (...)

Logo após renunciar, Jânio partiu apressadamente de Brasília e desceu em São Paulo, no aeroporto de Cumbica, que era então uma base militar. Aí recebeu um apelo dos governadores dos Estados, entre os quais se encontravam Carvalho Pinto, de São Paulo, e Magalhães Pinto, de Minas Gerais, para que reconsiderasse seu gesto. Afora isso, não houve nenhuma outra ação significativa pelo retorno do presidente. Cada grupo tinha razões de queixa contra ele e começava a tomar pé na nova situação. Como renúncias não são votadas e sim simplesmente comunicadas, o Congresso tomou apenas conhecimento do ato de Jânio. A partir daí, a disputa pelo poder começou.

Fausto, B. História do Brasil.



Após passar em revista as tropas, no dia 25 de agosto, Dia do Soldado, o presidente Jânio Quadros pára e fica em dúvida: “Para a esquerda, para a direita ou fico no centro?” Nenhuma dessas alternativas: resolveu sair – renunciou à presidência.

Exercícios Resolvidos

01. (Fuvest) O governo de Juscelino Kubitschek, marcado pelo **desenvolvimentismo**, caracterizou-se pela:

- a) utilização do Estado como instrumento coordenador do desenvolvimento.
- b) eliminação da entrada do capital estrangeiro.
- c) concentração da mão-de-obra nas áreas tradicionais do Nordeste.
- d) criação da Petrobras e da Companhia Vale do Rio Doce.
- e) diminuição da inflação e aumento da exportação.

Resposta: A

02. (Vunesp) Assinale a alternativa correta sobre a denominada política externa independente do governo Jânio Quadros.

- a) Manter o País atrelado ao bloco socialista e participando do processo de divisão mundial do trabalho.
- b) Submeter projetos de desenvolvimento nacional à apreciação de um comitê norte-americano.
- c) Captação de recursos internos para a solução de todos os problemas sociais.
- d) Assumir a defesa da Aliança para o Progresso e apoiar a política de isolamento de Cuba.
- e) Reatamento de relações diplomáticas com a União Soviética e apoio à tese de autodeterminação dos povos.

Resposta: E

Capítulo 02. A Crise do Populismo

1. A Crise da Sucessão e o Parlamentarismo

O populismo brasileiro, que surgiu com Getúlio Vargas durante o Estado Novo, voltava-se para a expansão do setor industrial em conjugação com os interesses do setor agroexportador e obedecia a uma política de participação efetiva do Estado na economia. Representava o que se costumou chamar de “Estado de compromisso”.

Os setores conservadores, entretanto, viam com receio crescente o avanço do populismo, pois as massas tendiam a exigir cada vez mais direitos e fatias maiores do bolo. E os líderes populistas, para ganharem eleições ou se manterem no poder, atendiam a essas reivindicações.

Com a renúncia inesperada de Jânio Quadros, abriu-se a porta da presidência ao vice João Goulart, conhecido líder populista vinculado ao movimento sindicalista. Isso causou inquietações nas camadas conservadoras e nos setores militares, que passaram a articular um movimento contra a posse de Jango, que, no momento da renúncia de Jânio, se encontrava na China em missão diplomática e comercial.

Ao saber do ocorrido, Jango achou mais prudente esperar para ter certeza se Jânio realmente renunciara ou fora deposto.

Na ausência do vice-presidente, assumiu interinamente o cargo de presidente da República o presidente da Câmara dos Deputados, Ranieri Mazilli. Ao mesmo tempo, as Forças Armadas entraram em prontidão em todo o País, ocupando todos os ministérios; o palácio presidencial foi cercado por tanques e os aeroportos de São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília foram ocupados por tropas da Polícia do Exército.

O país se dividiu entre “golpistas” e “legalistas”: os primeiros desejavam o *impeachment* de Goulart e a convocação de novas eleições, enquanto os segundos eram pela posse, expressando a ordem constitucional.

Os partidários do *impeachment*, apesar do respaldo dos ministros militares, encontraram a oposição do Congresso, que se negou a vetar a posse de João Goulart e criou uma comissão para encontrar uma solução pacífica para a situação. No sul do país, o governador Leonel Brizola, cunhado de João Goulart, e o general Machado Lopes, comandante militar do III Exército, ameaçavam distribuir armas à população a fim de formar milícias, ao mesmo tempo em que se expandia a “Cadeia da Legalidade”, formada por várias emissoras de rádio.

No dia 4 de setembro, os ministros militares concordaram em aceitar a solução política do Congresso, dada dois dias antes por meio de um Ato Adicional que emendava a Constituição e criava o parlamentarismo.

Nas repúblicas parlamentaristas, o presidente é o chefe de Estado, seu representante oficial máximo, mas não é o chefe de governo. Esta função é desempenhada pelo primeiro-ministro, proposto pelo presidente mas obrigatoriamente submetido à aprovação do Congresso Nacional. Esse seria o sistema de governo implantado a partir da posse de João Goulart; no final de seu mandato, haveria um plebiscito a fim de consultar a população sobre a manutenção do parlamentarismo ou o retorno do presidencialismo.

Assim, no dia 5 de setembro, João Goulart desembarcava em Brasília, depois de um longo caminho de volta, uma verdadeira “odisséia” durante a qual passou por Cingapura, Paris, Nova Iorque, Montevideu e Porto Alegre.

2. João Goulart (1961-1964)

2.1. Governo Parlamentarista

João Goulart tomou posse em 7 de setembro de 1961 como presidente e no dia seguinte o Congresso aprovou o primeiro Conselho de Ministros, presidido por Tancredo Neves.

Apesar do caráter conservador do ministério, houve decisões bastante progressistas, como o cancelamento de todas as autorizações à Hanna Corporation, que explorava o minério de ferro em Minas Gerais, prejudicando a Companhia Vale do Rio Doce, e o restabelecimento das relações diplomáticas com a União Soviética, rompidas em 1947, quando do início da Guerra Fria.



O presidente João Goulart (à esquerda) e o primeiro-ministro Tancredo Neves assistem ao desfile militar na Vila Militar, no Rio de Janeiro, em fevereiro de 1962.

Em junho de 1962, o Gabinete Tancredo Neves se demitiu, a fim de se desvincular dos cargos para poder concorrer às eleições estaduais de outubro do mesmo ano.

Depois de duas indicações frustradas, a primeira com San Tiago Dantas (que o Congresso recusou) e a segunda com Auro Soares de Moura Andrade, foi encontrado um nome de consenso: Brochado da Rocha, político gaúcho filiado ao PSD. Seu ministério teve curta duração e foi marcado pela campanha pela antecipação do plebiscito no qual a população seria consultada a respeito do retorno ao presidencialismo. Na madrugada do dia 15 de setembro de 1962, o Congresso votou e aprovou a antecipação do plebiscito para o dia 6 de janeiro de 1963. Pouco antes da aprovação da antecipação, o Gabinete Brochado da Rocha renunciou e foi substituído por Hermes Lima, primeiro-ministro socialista, que, em seus quatro meses de governo, lançou mão de todos os meios possíveis para a vitória do “não” à pergunta: “Aprova o Ato Adici-

onal que institui o parlamentarismo?” Quase 10 milhões de eleitores, num total de 13 milhões, deram como resposta o “não”, possibilitando assim o retorno do presidencialismo.

Com a revogação da emenda parlamentarista, João Goulart assumiu, em 23 de janeiro de 1963, os plenos poderes presidenciais estabelecidos pela Constituição de 1946.

2.2. Governo Presidencial

Assumindo os plenos poderes presidenciais, João Goulart implementou um conjunto de soluções para os diversos problemas do País, como inflação (52% em 1962), saúde, educação, habitação, saneamento etc., condensados no Plano Trienal, elaborado pelo economista Celso Furtado. Para colocar em prática essas reformas, conhecidas como Reformas de Base, Goulart formou um ministério de políticos moderados, conhecido como “a esquerda positiva”, a fim de conquistar a opinião pública em geral. As medidas a serem aplicadas pelo Plano Trienal não seriam populares, pois implicavam em contenção de crédito, dos salários e do orçamento federal. Além disso, o Congresso Nacional não ajudava muito, pois os congressistas, em sua maior parte, eram de oposição. Em março de 1963, o ministro da Fazenda, San Tiago Dantas, foi a Washington tentar um empréstimo de 398 milhões de dólares, mas conseguiu somente 84 milhões, e o restante ficou condicionado aos rumos da política antiinflacionária colocada em prática pelo governo. A situação ficou ainda mais tensa quando os militares reivindicaram um reajuste salarial de 60%, enquanto o governo dizia ser possível conceder apenas 40%. O deputado Armando Falcão esgoelava semanalmente, num programa de rádio, a ladainha de sempre: “Foi para tomar suas terras que você elegeu o deputado de sua região?” Era uma queixa contra a lei de reforma agrária enviada pelo presidente ao Congresso, assustando os proprietários rurais. Isso tudo colocava, cada vez mais, em dificuldades o Plano Trienal. No início de junho, o ministro da Fa-

zenda San Tiago Dantas renunciou ao cargo, afirmando: *O país inteiro está em suspenso, à espera de (...) uma decisão que restabeleça o espírito de iniciativa, pois só se sairá da crise através de um impacto sério, com medidas eficazes, formando-se um governo forte (...), nacionalmente respeitado. Encerrava-se, assim, melancolicamente, o governo da esquerda positiva.*



Cabo Anselmo – José Anselmo dos Santos, marinheiro de 1ª classe, que a imprensa “promoveu” a cabo. Consta que o Cabo Anselmo agiu a mando dos militares para conturbar o ambiente e, assim, justificar o golpe que eles estavam preparando.

João Goulart, tentando demonstrar que não desejava radicalizar, nomeou para o ministério da Fazenda o conservador Carvalho Pinto, ex-governador de São Paulo. Porém, a situação já estava radicalizada. De todos os lados. À esquerda, as Ligas Camponesas de Francisco Julião estavam invadindo terras, bradando: *Vamos ocupar na marra*; Leonel Brizola reclamava das vacilações de João Goulart na implementação das reformas sociais e criticava o imperialismo, representado por empresas americanas como a American and Foreign Power Co. (Amforp). Para lutar contra isso, Brizola assumiu o controle da Rádio Mairink Veiga, lançou o semanário O Panfleto e começou a organizar o Grupo dos Onze, que deve-

ria ajudar nas reformas de base e era composto por, entre outras entidades, CGT (Comando Geral dos Trabalhadores) e UNE (União Nacional de Estudantes).

À direita, surgiram o IBAD (Instituto Brasileiro de Ação Democrática), financiado pela CIA, e o IPES (Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais), os quais aglutinavam empresários, profissionais liberais, intelectuais e militares, o MAC (Movimento Anticomunista), o Camde (Campanha da Mulher pela Democracia) e outros.

Entre os militares, crescia cada vez mais um movimento conspiratório contra Jango. Uma revolta de cabos e sargentos ocorrida em Brasília colaborou ainda mais para incentivar os conspiradores, que passaram a contar com o apoio do general Humberto de Alencar Castelo Branco, chefe do Estado-Maior do Exército. A rebelião dos cabos e sargentos foi contra a decisão do Supremo Tribunal Federal de confirmar a impossibilidade de sargentos se candidatarem a cargos políticos.

A tragédia dos últimos meses do governo Goulart pode ser apreendida pelo fato de que a resolução dos conflitos pela via democrática foi sendo descartada como impossível ou desprezível por todos os atores políticos. A direita ganhou os conservadores moderados para sua tese: só uma revolução purificaria a democracia, pondo fim à luta de classes, ao poder dos sindicatos e aos perigos do comunismo. (Fausto, B. *História do Brasil*).



Rebelião de marinheiros no Rio de Janeiro, em março de 1964: a participação do Cabo Anselmo e do Almirante Aragão foi fundamental nesse movimento que radicalizou ainda mais a situação político-social do País.



Diante desse quadro, Goulart optou por realizar as reformas de base através de decretos, apoiando-se em dispositivos militares e sindicais. Deixaria, dessa forma, o Congresso Nacional de lado. Para demonstrar força e apoio popular, faria uma série de comícios, anunciando as reformas. O primeiro comício foi realizado no dia 13 de março na Praça da República, no Rio de Janeiro, situada em frente à Estação Central do Brasil (daí ficar conhecido como “o Comício da Central”). Cerca de 150 mil pessoas se espremiavam na praça, agitando bandeiras vermelhas, faixas pedindo a legalização do Partido Comunista, reforma agrária, reforma bancária, direito de voto ao analfabeto etc. A televisão mostrou tudo isso, inclusive os discursos inflamados de Leonel Brizola, Miguel Arraes e outros. Para aumentar o desespero dos conservadores, por volta de 21 horas, Jango tomou a palavra para encerrar o comício, anunciando, entre outras coisas, os decretos de desapropriação de terras improdutivas e de encampação das refinarias de petróleo particulares.

3. O Golpe de 1964

O Comício da Central pode ser considerado o começo do fim do governo de Jango. Além do comício, um outro fato também colaborou para agravar mais ainda a situação: a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, organizada em São Paulo em 19 de março, a fim de apoiar os conservadores num possível golpe contra o governo. Apoiaram e participaram da marcha o governo do Estado de São Paulo (encabeçado pelo governador Ademar de Barros), setores da Igreja Católica, a Sociedade Rural Brasileira e todas as forças de oposição a Jango.

Mais tarde, o deputado Cunha Bueno, um dos principais organizadores da Marcha, declararia: *Sabíamos que os militares só definiriam sua posição depois que houvesse uma manifestação pública e inequívoca de que ninguém mais suportava aquela situação.*

Em meio à crescente tensão e aos rumores de levantes militares, João Goulart foi, na noite de 30 de março de 1964, à sede do Automóvel Club, no Rio de Janeiro, a fim de ser homenageado pela Associação dos Sargentos e Suboficiais da Polícia Militar. Compareceram o almirante Aragão, o cabo Anselmo, os ministros da Marinha, Aeronáutica e Justiça. Tancredo Neves e outros políticos moderados tentaram convencer Jango a não ir, porém o presidente foi, incentivado pelo general Assis Brasil, chefe da Casa Militar, que teria dito: *Ninguém na Presidência da República tivera um dispositivo militar como o de João Goulart.*

Engano. Naquele exato momento, o general Olímpio Mourão Filho, o mesmo do Plano Cohen em 1937, juntamente com o general Luís Carlos Guedes, mobilizou as suas tropas sediadas em Juiz de Fora e se deslocaram em direção ao Rio de Janeiro.

Para enfrentar as tropas que vinham de Minas, foi enviado do Rio de Janeiro o poderoso Regimento Sampaio. As tropas se encontraram no vale do Paraíba, mas não houve combate: os oficiais cariocas do Sampaio aderiram ao golpe. Em seguida, o general Amauri Kruel, comandante do II Exército, sediado em São Paulo, também aderiu. O dispositivo militar de Jango estava desmoronando.

Na noite de 1º de abril, com Jango saindo de Brasília em direção a Porto Alegre, o presidente do Senado, Auro Soares de Moura Andrade, declarou vago o cargo de presidente da República, assumindo, conforme o decreto constitucional, o presidente da Câmara dos Deputados, Ranieri Mazzilli.

Leonel Brizola tentou mobilizar tropas e a população do Rio Grande do Sul, mas não teve sucesso. O golpe militar estava praticamente vitorioso. Em fins de abril, Brizola se exilou no Uruguai, onde Jango já se encontrava.

Como podemos explicar que a deposição de João Goulart tenha ocorrido de maneira tão simples, isto é, tão facilmente e sem resistência, se o presidente contava com o apoio

dos mais importantes sindicatos do País, da UNE, da maior parte da intelectualidade, de setores importantes das Forças Armadas e de alguns empresários nacionalistas?



João Goulart discursa no famoso “Comício da Central”, em 13 de março de 1964, acompanhado de sua esposa Maria Teresa Goulart. A partir desse comício, a situação tornou-se mais tensa, prenunciando o desfecho do golpe militar.

A resposta pode ser encontrada na ampla mobilização popular em prol do golpe, no receio e no pavor de uma reforma agrária e na quebra da hierarquia castrense, tão prezada pelos militares. *Para responder à avalanche de reivindicações sindicais, as classes empresárias acabaram se aglutinando no IPES, em aliança com os militares descontentes. Na esfera militar, quatro eventos acabaram por minar as bases de sustentação do governo, fazendo com que as facções legalistas e de centro acabassem por aderir à conspiração contra um governo que estaria conduzindo o País ao caos e ao comunismo, destruindo os fundamentos das Forças Armadas – a disciplina e o respeito à hierarquia: o primeiro foi a revolta dos sargentos, em 1963; o segundo, o comício do dia 13 de março (em que se reivindicava o direito ao voto e à elegibilidade dos sargentos); o terceiro, a rebelião dos marinheiros, em 26 de março; e o quarto, o discurso presidencial no Automóvel Club, no dia 30.*

Nosso século, vol. 9

Exercícios Resolvidos

01. (Vunesp) O presidente João Goulart, apesar dos entraves parlamentares, instrumentalizou projeto nacional-reformista visando a aglutinar determinadas forças. Relacione os setores que as “Reformas de Base” abrangiam e indique a camada social que acabou dando apoio ao projeto.

Resposta

As Reformas de Base, que se constituíram no centro do programa reformista de Goulart, compreendiam reforma agrária, reforma fiscal, reforma do ensino, reforma da Constituição, reforma tributária, lei de remessa de lucros e reforma do sistema eleitoral. Esse programa de caráter populista, nacionalista e reformista, que contou inicialmente com o apoio de diversos segmentos da sociedade – os chamados progressistas – foi sendo abandonado por alguns setores, receosos de uma radicalização, enquanto outros exigiam maior aprofundamento das reformas. Assim, as Reformas de Base ficaram sem sustentação de uma camada social específica, sendo apoiadas por alguns setores difusos, como as Ligas Camponesas, as entidades estudantis, organizações de esquerda (AP, PUA), alguns sindicatos, pela ala progressista da Igreja, por intelectuais e alguns poucos representantes políticos.

02. (FCMSC-SP) A experiência parlamentarista brasileira de 1961 a 1963 foi:

- um compromisso para superar a crise gerada pela renúncia de Jânio Quadros.
- uma fórmula encontrada para evitar a radicalização ideológica do governo João Goulart.
- um esforço de esvaziamento do getulismo, liderado por San Tiago Dantas.
- uma solução para os graves problemas sociais gerados no período de 1956 a 1961.
- um meio de evitar que os “duros” das Forças Armadas negassem apoio ao primeiro-ministro Auro de Moura Andrade.

Resposta: A

Capítulo 03. O Regime Militar

... o regime instalado em 1964 deu bastante campo de ação e pôs em destaque os formuladores da política econômica, homens como Delfim Neto e Mário Henrique Simonsen. Privilegiou setores da burocracia do Estado, em especial os dirigentes das empresas estatais, onde havia também, mas não apenas, militares como grupo decisório final mais importante e a burocracia técnica do Estado. A palavra “técnica” indica a diferença entre esse novo estrato social e a velha burocracia existente no serviço público.

Outra noção associada ao regime militar é o autoritarismo. De fato, o regime não teve características fascistas: não se realizaram esforços para organizar as massas em apoio ao governo; não se tentou construir o partido único acima do Estado, nem uma ideologia capaz de ganhar os setores letrados. (...) Há mesmo quem considere que, com exceção do período Médici, o Brasil pós-1964 se caracterizou mais por uma situação autoritária do que por um regime autoritário. (...) As diferenças entre o regime representativo, vigente entre 1945 e 1964, e o regime militar são claras. Quem manda agora não são os políticos profissionais, nem o Congresso é uma instância decisória importante. Mandam a alta cúpula militar, os órgãos de informação e repressão, a burocracia técnica do Estado.

Fausto, B. História do Brasil.

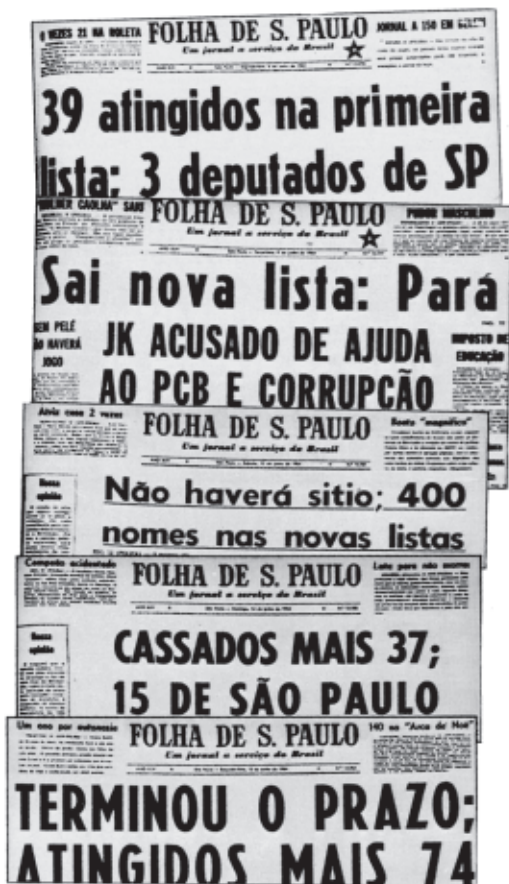
1. Castelo Branco (1964-1967)

O marechal Castelo Branco foi eleito pelo Congresso Nacional, já expurgado dos chamados subversivos, cassados pelo AI-1 (Ato Institucional nº 1), juntamente com Goulart, Jânio Quadros, Brizola, Arraes e muitos outros.

Empossado no dia 15 de abril, Castelo Branco organizou um ministério, com maioria da UDN, tentando oferecer garantias de retorno à normalidade democrática. Configuravam-se os “princípios que legitimariam a Revolução”: a ordem e a paz social, com a eliminação do perigo comunista, o combate à corrupção e a retomada do crescimento econômico sob as regras capitalistas.

Para atingir esses objetivos, era necessário enfrentar a caótica situação econômico-financeira herdada do governo Goulart, controlar os trabalhadores do campo e da cidade e promover uma reforma no aparelho estatal.

Atacando o fator econômico-financeiro, foi lançado o PAEG (Plano de Ação Econômica do Governo), sob a responsabilidade dos ministros do Planejamento, Roberto Campos, e da Fazenda, Otávio Gouveia de Bulhões.



Jornais publicam em manchetes as cassações de direitos políticos feitas pelo regime militar. Alguns acabavam na cadeia, outros no exílio.

O plano procurou reduzir o déficit do setor público, contrair o crédito privado e comprimir os salários. O reequilíbrio das finanças do governo federal foi obtido através da melhora da situação das estatais, do corte de subsídios a produtos básicos e do aumento da arrecadação de impostos. Introduziu-se uma novidade, conhecida como correção monetária, a fim de cobrar impostos atrasados. Não pagar em dia os impostos passou a ser um péssimo negócio.

Em junho de 1964, foi aprovada a Lei de Greve pelo Congresso, trazendo tantas exigências burocráticas que se tornou praticamente impossível a realização de greves. Em seguida, o governo extinguiu a estabilidade no emprego após dez anos de serviço, garantida pela CLT, introduzindo o FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço). Quanto ao campo, após uma série de repressões aos chamados agitadores, o governo mandou ao Congresso, para aprovação, o Estatuto da Terra, visando à reforma agrária e a uma nova política agrícola. Entretanto, apesar de aprovado, o Estatuto não funcionou, ficando apenas no papel.

Em setembro de 1965, realizaram-se as eleições para governadores dos Estados, e na Guanabara e em Minas Gerais venceram os candidatos não apoiados pela “Revolução”. Isso desencadeou uma nova crise política.

Desta crise originou-se o Ato Institucional nº 2, que renovou os poderes de cassação de mandatos e suspensão dos direitos políticos e dissolveu todos os partidos existentes, criando o bipartidarismo, restrito à Aliança Renovadora Nacional (Arena) e ao Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Estes partidos representavam, respectivamente, o apoio e a oposição ao governo.

O Ato Institucional nº 2 estabeleceu também a eleição indireta para a presidência da República, medida completada no dia 5 de fevereiro de 1966 pelo Ato Institucional nº 3, que determinou a eleição indireta também para os governos dos Estados.

A Constituição de 1967 foi votada pelo Congresso Nacional conforme as condições determinadas pelo Ato Institucional nº 4. A nova Carta mantinha o regime federalista, embora menos acentuado que na Constituição de 1946. Reforçava o presidencialismo, através do fortalecimento do Executivo. Os presidentes e vice-presidentes seriam eleitos indiretamente por um colégio eleitoral composto pelo Congresso Nacional e por delegados das Assembleias Legislativas estaduais.

A Constituição previa, ainda, prazos limitados para a discussão, no Congresso, dos projetos de lei propostos pelo Executivo, que, em casos de urgência e interesse público, poderia também baixar decretos com força de lei.

A Constituição ampliava, ainda, as medidas relativas à “segurança nacional”. Ela entrou em vigor a 15 de março de 1967, no mesmo dia da posse do segundo presidente da Revolução, o marechal Artur da Costa e Silva.

2. Costa e Silva (1967-1969)

Logo após assumir a presidência, Costa e Silva formulou e passou a executar o PED (Programa Estratégico de Desenvolvimento), a fim de dar continuidade ao PAEG de Castelo Branco, porém buscando a retomada da expansão econômica.

O ministério do Planejamento foi entregue a Hélio Beltrão e o da Fazenda, a Antonio Delfim Netto, que passaram a estimular as exportações, criando o lema “exportar é a solução”.

Com a preocupação de criar uma reserva de mão-de-obra para os centros industriais, que fosse saudável e alfabetizada, o governo criou o Mobral (Movimento Brasileiro de Alfabetização), o Plano Nacional de Saúde e o Projeto Rondon.

A política econômica do governo Costa e Silva lançou as bases para que no governo seguinte ocorresse o chamado “milagre brasileiro”.



Passeata de estudantes em São Paulo, usando lenço na boca como protesto à censura imposta pelo governo militar.

Mas, ao mesmo tempo, crescia a oposição ao regime, até por parte de alguns setores que haviam contribuído para o golpe de 64. Carlos Lacerda, por exemplo, radicalizava suas críticas ao governo de Costa e Silva e teve sua “Frente Ampla” extinta em abril.

O movimento estudantil, liderado pela UNE, mobilizava as universidades contra a ditadura e a favor de reformas no ensino superior, através de passeatas e outras manifestações. Os setores de oposição mais radical já agiam na clandestinidade e tudo indicava que o movimento estudantil fornecia “à linha dura” o pretexto para o “endurecimento”.

Em março de 1968, uma tropa de choque da Polícia Militar da Guanabara matou o menor Edson Luís de Lima Souto, estudante secundarista, quando reprimia a tiros um protesto estudantil em frente ao restaurante universitário Calabouço. Esse fato provocou confrontos de rua, entre estudantes e militares, que culminaram na “sexta-feira sangrenta”, quando morreram 28 pessoas. Intelectuais, artistas e estudantes realizaram em protesto a “Passeata dos Cem Mil”, que acabou não sendo reprimida, com o recuo do governo, que ordenou a retirada das tropas.

Ao mesmo tempo, ocorriam greves operárias de grande vulto em Contagem (MG) e Osasco (SP), que foram igualmente reprimidas pelos militares.

No Congresso, os deputados da oposição (MDB) também se manifestavam com duras críticas ao regime. O deputado Márcio Moreira Alves provocou os “duros” do Exército ao exortar, em seu discurso, os pais e estudantes para que boicotassem as festividades do 7 de Setembro, em protesto contra o regime militar. Os ministros militares exigiram que o Congresso suspendesse a imunidade do deputado para que ele pudesse ser processado pelos insultos às Forças Armadas. Mesmo com a maioria da Arena (partido governista), a Câmara negou-se a suspender a imunidade do deputado, em votação ocorrida em 12 de dezembro.

No dia 13, a nação foi “presenteada” com o Ato Institucional nº 5 (o famigerado AI-5) e com o Ato Complementar nº 38, que colocava o Congresso em recesso por tempo indeterminado. O AI-5 ampliava absurdamente o autoritarismo do presidente da República: suspensão de direitos políticos, cassação de mandatos, intervenção em Estados e municípios, suspensão das garantias constitucionais etc.



O presidente Costa e Silva, acometido de trombose cerebral, é assistido pelo seu médico particular.

O AI-5 foi acompanhado de novos expurgos: cassação de 88 deputados, aposentadoria forçada de vários ministros do Supremo Tribunal e de vários professores universitários, como Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso, Octávio Ianni e dezenas de outros. Estendeu-se a censura à imprensa, que foi colocada sob controle do regime militar.

Com a nação jogada no mais profundo e obscuro autoritarismo, o presidente Costa e Silva, apesar de representante da “linha dura”, ainda tentou evitar que o país caísse por completo nas mãos dos reacionários e torturadores, que pretendiam um endurecimento ainda maior.

Mas, em 28 de agosto de 1969, Costa e Silva foi acometido de uma trombose cerebral, que o levaria à morte pouco depois. Os ministros militares, contrariando o art. 78 da Constituição de 1967, impediram a posse do vice Pedro Aleixo; assumiram eles mesmos o poder. Essa Junta Militar interina foi formada pelo almirante Augusto Rademaker, pelo general Lyra Tavares e pelo marechal-dar Márcio de Sousa e Melo.

Essa Junta Militar foi responsável pela outorga da Emenda Constitucional nº 1, que incorporava à Constituição a prisão perpétua e a pena de morte, ampliava o período de estado de sítio e criava a “fidelidade partidária”. Assim, a Lei de Segurança Nacional, pedra angular do regime, fortalecia-se, e o país entrava no período mais repressivo de sua história.



Junta militar assume o poder em virtude do impedimento, por doença, do presidente Costa e Silva, desrespeitando o preceito constitucional que dava o direito de posse ao vice-presidente Pedro Aleixo.

A fim de se conferir uma aparência democrática à situação, o Congresso Nacional, que estivera fechado desde outubro de 1968, foi convocado pela Junta Militar para eleger o presidente Emílio Garrastazu Médici e seu vice, almirante Augusto Rademaker, previamente indicados pelo Supremo Comando Militar.

3. Emílio Médici (1969-1974)

De todos os governos militares, o do presidente Médici foi o mais autoritário e repressor.

Apesar do extraordinário crescimento econômico, que se convencionou chamar de “milagre brasileiro”, a sociedade civil viveu durante anos submetida ao jugo do mais vil arbítrio, do terror psicológico, das prisões arbitrárias, dos grampeamentos telefônicos, da tortura e dos meios mais desumanos para obter confissões dos chamados “subversivos”.

A censura implacável impedia que a imprensa em geral noticiasse os fatos, salvo aqueles permitidos oficialmente. A censura era também rigorosa com a literatura, o cinema, o teatro, shows e novelas.

Médici, que, em seu discurso de posse, prometera restaurar a democracia, aprofundava a ditadura. Quanto às reformas sociais, ele lançou o fracas-

sado programa de construção da Transamazônica, com o objetivo de povoar a floresta com nordestinos miseráveis, fugindo das secas.

Sua postura repressora já se evidenciara quando fora chefe do SNI e defendeu o AI-5 como necessário para “deter o mal” e a “contra-revolução”.



Charge de Ziraldo, satirizando o lema nacionalista divulgado durante o governo Médici.

A oposição foi literalmente calada. Ironicamente, dizia-se, na época, que o MDB era o partido do “sim”, e a Arena o partido do “sim, senhor”. Ao lado da oposição legal suportada, outros grupos mais radicais foram jogados na clandestinidade e duramente perseguidos por órgãos especiais de repressão, como o Destacamento de Operações Internas e Comando Operacional de Defesa Interna (Doi-Codi), bem como a Operação Bandeirante (Oban), criada em São Paulo e financiada por grupos empresariais.

A essas forças repressoras somava-se a ação de facções extremistas de direita, como o Comando de Caça aos Comunistas (CCC), e de milhares de alcagüetes espalhados pelo País, que delatavam covardemente colegas de trabalho em fábricas, repartições públicas, jornais, entidades culturais, nas escolas etc.

As esquerdas, divididas em mais de duas dezenas de grupos, muitos dos quais optaram pela luta armada, recrudesceram sua

ação contra o regime militar, principalmente a partir de 1968. Ficaram famosos a Aliança Libertadora Nacional (ALN), a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) e o Movimento Revolucionário de 8 de Outubro (MR-8).

O terrorismo de esquerda praticava assaltos a bancos, ataques a quartéis, assassinatos e seqüestros de diplomatas estrangeiros. Seu objetivo era conquistar espaço na imprensa para divulgar a luta contra a ditadura e conseguir libertar alguns companheiros presos, em troca da liberdade dos seqüestrados.

Entre 1969 e 1970, quatro grandes seqüestros aconteceram: o do embaixador norte-americano Charles Burke Elbrick, trocado por quinze prisioneiros políticos; o do cônsul-geral japonês em São Paulo, Nobuo Okushi, trocado por cinco prisioneiros; o do embaixador suíço Giovanni Enrico Bucher, solto em troca de setenta prisioneiros; e o do embaixador alemão-ocidental Ehrenfried von Holleben, trocado por quarenta prisioneiros.

O infeliz e inglório terrorismo de esquerda, que arrastou centenas de estudantes sonhadores, apenas confirmou a previsão do PCB de que os militares usariam a luta armada das esquerdas como pretexto para radicalizar sua ação repressora.

A imprensa foi proibida de divulgar notícias sobre as ações armadas. Os órgãos de segurança passaram a prender e torturar os suspeitos de ligação com a guerrilha. A tortura foi institucionalizada. Agentes foram infiltrados nas organizações terroristas de esquerda. Dezenas de guerrilheiros foram mortos e enterrados em cemitérios clandestinos.

Depois da morte de Carlos Marighela e Joaquim Câmara Ferreira, da ALN, e Carlos Lamarca, da VAR-Palmares, a guerrilha de esquerda entrou em declínio e deixou de ser ameaça ao regime militar, mas os aparelhos repressivos não foram desmontados.



Um dos líderes mais importantes da luta armada, capitão Carlos Lamarca, ainda no Exército, ensina funcionária de banco a usar armas para se defender de possíveis assaltos feitos por terroristas. Ironia: o próprio capitão Lamarca assaltava bancos.

Além disso, o regime procurou atuar em nível ideológico, promovendo grande propaganda de exaltação patriótica, com *slogans*

como “Brasil: ame-o ou deixe-o” e “Ninguém segura este país”. A vitória da seleção brasileira na Copa do Mundo no México, o mar de duzentas milhas e músicas como “Pra frente, Brasil” mascaravam a violência do regime e angariavam a simpatia popular para o governo Médici. O fantástico crescimento econômico, mesmo com os índices inflacionários manipulados pelo ministro Delfim Neto, permitia ao governo obter apoio de vários setores da sociedade, notadamente das classes médias, que, na época, auferiam um aumento de renda e de consumo, em contraposição a um forte arrocho salarial imposto aos trabalhadores.

Porém, a teoria de grande potência apresentava dois grandes problemas que atravancavam essa imagem: o analfabetismo e a mortalidade infantil. Para combater esses dois pontos vulneráveis, o governo Médici foi buscar os remédios receitados pelo governo anterior, do marechal Costa e Silva; o Mobral, o Plano Nacional de Saúde e o Projeto Rondon. Entretanto, não surtiram os efeitos desejados: o Mobral alfabetizou pouco e quando o fez, fez mal; o Plano Nacional de Saúde ficou no papel; e o Projeto Rondon, em pouco tempo, passou a atrair cada vez menos universitários, até acabar de vez.

Tal qual esses projetos de impacto que fracassaram, o próprio governo Médici, em seu final, já fazia vislumbrar uma crise econômica que atingiria setores importantes da economia e da sociedade brasileiras, como, por exemplo, as classes médias que passaram a ter seu consumo diminuído e sua renda também. Dessa forma, o apoio ao regime militar passou a diminuir também, obrigando o governo a alterar sua postura autoritária para um processo lento e gradual de abertura política.

4. Ernesto Geisel (1974-1979)

No dia 15 de março de 1974, o país assistiu pela TV à pompa com que foi realizada a posse de Ernesto Geisel na Presidência. Foram gastos quase dois milhões de dólares em solenidades e comemorações. Compareceram 89 delegações estrangeiras, destacando-se as presenças dos presidentes do Chile (general Augusto Pinochet), do Uruguai (Juan María Bordaberry) e da Bolívia (general Hugo Banzer) e, ainda, da esposa do presidente dos Estados Unidos, Pat Nixon.



A foto mostra a passagem da faixa presidencial de Médici para Geisel. Estava começando a lenta e gradual descompressão do regime militar.

Geisel pronunciou um discurso breve, com apenas onze parágrafos e nenhuma referência concreta aos objetivos de seu governo. Sua ascensão ao governo marcava o retorno do **grupo castelista** e, conseqüentemente, da tendência de recolocar o país na normalidade democrática.

De personalidade marcante, austero e avesso à propaganda, Geisel e seu grupo consideravam a falta de liberdade extremamente perigosa, comprometendo a popularidade do regime militar e podendo resultar numa explosão social.

A crise econômica e a aceleração inflacionária iniciadas em 1974 provocaram a primeira grande derrota eleitoral da Arena naquele ano. O MDB quase duplicou o número de seus deputados na Câmara, triplicou o

número de seus senadores e passou a assumir seu verdadeiro papel de oposição. A sociedade civil manifestava nas urnas o seu repúdio ao regime militar.

Era preciso criar mecanismos políticos que evitassem maiores desgastes ao governo e garantissem a continuação dos militares no poder. Foi com este propósito que o presidente Geisel iniciou o processo de **abertura política**, que resultou, mais tarde, num processo de **redemocratização**, embora não fosse essa a intenção da maioria dos militares.

Era claro que a **abertura** de Geisel, ao mesmo tempo que um real processo de transição para a democracia, era uma estratégia de sobrevivência do regime militar. Este processo, sob a ótica dos militares, sempre esteve sob a ameaça dos radicais de esquerda e por isso mesmo sua caminhada em direção à democracia foi lenta e gradual, marcada por períodos de fluxo e refluxo, isto é, avanços e recuos.



A charge de Chico Caruso mostra o presidente Geisel dizendo: "Agora, atendendo a inúmeros pedidos, cantarei *Pra não dizer que não falei de flores*, de Geraldo Vandré". Às vezes, era possível fazer piadinhas com os representantes do governo militar: para quem não sabe, a canção acima foi libelo de liberdade e antimilitarista.

Coube ao presidente Geisel, e a seu grupo de "moderados", convencer os "duros" da necessidade da distensão, obter o apoio majoritário da oficialidade, diminuir o poder de ação da **linha dura** e controlar os torturadores e os órgãos de repressão. Mas o projeto de Geisel era muito limitado, principalmente pelas con-

cessões que teve de fazer aos “duros”, retrocedendo em vários momentos. A repressão ainda continuou prendendo, torturando e confinando os vários opositores do regime com base na Lei de Segurança Nacional ou no AI-5.

A sociedade civil, no entanto, mobilizava-se cada vez mais, fazendo avançar a luta pela democracia. A Igreja, a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), a Associação Brasileira de Imprensa (ABI), ao lado do MDB, uniram-se em protesto contra as torturas e as arbitrariedades policiais.

Em outubro de 1975, o assassinato do jornalista Wladimir Herzog, em São Paulo (versão oficial: suicídio), deu início a pressões insuportáveis, que fizeram o regime recuar. Em janeiro de 1976, o assassinato do operário Manuel Fiel Filho, torturado e morto quando era submetido a interrogatório no DOI-CODI em São Paulo, levou Geisel a demitir o comandante do Segundo Exército, o general Ednardo D’Ávila Mello. Começava o desmantelamento dos órgãos repressores. Os torturadores eram, finalmente, golpeados.

Mas tudo isso tinha um preço. Para evitar novas vitórias eleitorais do MDB, eram necessários novos mecanismos que manipulassem a vontade das urnas. Assim, o governo criou a Lei Falcão (que limitava a propaganda eleitoral no rádio e na televisão) e decretou o Pacote de Abril, após ter fechado o Congresso. Com isso, buscava-se garantir a vitória da Arena nas eleições de 1978, com a nomeação de senadores pelo governo (os chamados **senadores biônicos**) e a manutenção das eleições indiretas para governadores.

A sucessão de Geisel foi tumultuada. Os “duros” articulavam a candidatura do ministro do exército, o general Sílvio Frota, enquanto Geisel já havia escolhido o general João Batista Figueiredo, então chefe do SNI. A reação dos frotistas à candidatura de Figueiredo levou Geisel a demitir Frota, demonstrando mais uma vez seu poder pessoal.



O presidente do sindicato dos metalúrgicos de São Bernardo do Campo, Luís Inácio da Silva, conhecido como Lula e trabalhador das Indústrias Villares, discursa para uma assembléia de trabalhadores no ABC paulista. No governo Geisel, apesar de estar sendo realizada uma abertura política, vários setores sociais forçavam para que o processo fosse mais rápido.

O MDB, assim como já havia feito quando da eleição de Geisel, lançando a anticandidatura de Ulysses Guimarães, lançou agora o general Euler Bentes Monteiro como forma de protesto e denúncia contra o processo de eleições indiretas. Figueiredo e seu vice, Aureliano Chaves, foram eleitos pelo Colégio Eleitoral, formado pelo Congresso e por representantes das Assembléias estaduais.

Nas eleições parlamentares de novembro, apesar de o MDB ter conseguido a maioria dos votos, a Arena continuou sendo o partido majoritário no Congresso, graças às manobras do Pacote de Abril e aos senadores biônicos. A população usava, mais uma vez, o voto como instrumento para manifestar insatisfação com o regime militar, exigindo o retorno da democracia ao país.

Ficava claro que a redemocratização era uma conquista da sociedade civil e não uma simples concessão do regime. Em 31 de dezembro de 1978, como presente de Ano Novo, Geisel extinguiu o AI-5. A abertura política avançava sob pressão da sociedade civil, mas a redemocratização ainda passaria por caminhos tortuosos.

5. João Figueiredo (1979-1985)

“Reafirmo meu inabalável propósito (...) de fazer deste país uma democracia”. Com estas palavras, tomou posse na Presidência da República, em março de 1979, o presidente João Batista Figueiredo. Era grande a esperança de que se completasse a abertura democrática iniciada por Geisel. Mas a situação econômica sacrificava terrivelmente a classe trabalhadora, provocando várias greves, com destaque para as do ABC paulista, onde 160 mil metalúrgicos, liderados por Luís Inácio da Silva, o Lula, com o apoio da Igreja e de outros setores importantes da sociedade civil, paralisaram o trabalho.

As greves do ABC, consideradas ilegais, eram um desafio frontal ao novo presidente. O governo reagiu intervindo nos sindicatos e ordenando a prisão dos principais dirigentes dos trabalhadores. Apesar da violência oficial, a greve prosseguiu até fins de abril, com o apoio de importantes personalidades e entidades que forneciam comida e dinheiro para os trabalhadores resistirem.

A continuidade do movimento forçou as negociações, que resultaram vitoriosas para os metalúrgicos, inclusive com o retorno de Lula e outros dirigentes sindicais que haviam sido expurgados.

Em 1979, mais de quatrocentas greves de professores, empregados da construção civil, motoristas de ônibus, portuários, bancários, garis, funcionários públicos, entre outras categorias, marcaram o nascimento do **novo sindicalismo**, com projeção de lideranças e métodos novos na luta dos trabalhadores.

Nesse contexto de verdadeira ascensão das massas, na luta pela redemocratização, o presidente Figueiredo tomou a decisão de decretar a anistia geral aos condenados por crimes políticos, depois da grande mobilização da sociedade civil pela **anistia ampla, geral e irrestrita**. Mas a lei do governo anistiou também os acusados de prática de tortura. A anistia restabelecia os direitos políticos dos exilados, permitindo sua reintegração normal à vida política. Retornaram, depois de vários anos de exílio, Leonel Brizola, Miguel Arraes, Luís Carlos Prestes e vários outros.

Ainda em 1979, Figueiredo decretou uma reforma partidária, extinguindo a Arena e o MDB e abrindo condições para a volta do pluripartidarismo. Era mais uma jogada casuística do governo militar, uma manobra para dividir a oposição e evitar que esta chegasse ao poder pela via eleitoral.

Os apoiadores do regime, membros da Arena, reagruparam-se no Partido Democrático Social (PDS). A maior parte do MDB formou o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), mas a ala mais conservadora, sob a liderança de Tancredo Neves e Magalhães Pinto, formou o Partido Popular (PP). Outros partidos surgiram: o PTB (Partido Trabalhista Brasileiro), sob liderança de Ivete Vargas; o Partido Democrático Trabalhista (PDT), sob a liderança de Leonel Brizola; e o Partido dos Trabalhadores (PT), formado principalmente por autoridades do **novo sindicalismo** e da Igreja, sob a liderança do metalúrgico Luís Inácio da Silva, o Lula.

Em 1980, Figueiredo decretou o restabelecimento das eleições diretas para governador de Estado, mas manteve a Lei Falcão e aprovou uma lei eleitoral que proibia as coligações partidárias, a fim de dificultar o fortalecimento da oposição. Por isso, o PP se reaglutinou ao PMDB, tendo em vista as manobras do governo para ganhar as eleições de qualquer jeito.

Os reacionários e a extrema direita reagiram com violência diante dos avanços da redemocratização. Deflagaram o terrorismo urbano com vários atentados a bancas de jornais e a entidades de defesa dos direitos humanos. O seqüestro e espancamento do jurista Dalmo de Abreu Dallari, em São Paulo, e um atentado à bomba na Câmara Municipal do Rio de Janeiro, que resultou na morte de uma pessoa e sérios ferimentos em outras seis, são alguns exemplos da reação.

Mas, na noite de 30 de abril de 1981, ocorreu o mais grave atentado à bomba da extrema direita. Durante um show comemorativo do 1º de Maio no Riocentro, uma bomba explodiu no carro em que se encontravam um capitão e um sargento do Exército. A explosão matou o sargento e feriu gravemente o capitão. O Exército, através de comunicados, negou qualquer participação dos envolvidos no caso.



Foto do Puma utilizado pelo capitão Wilson Luís Machado, que dirigia o automóvel, e pelo sargento Guilherme Pereira do Rosário, que seria responsável pela detonação do explosivo. Entretanto, não se sabe o motivo, a bomba explodiu no colo do sargento. O objetivo dos dois militares do Exército era explodir o Riocentro, local onde estava acontecendo um show promovido por entidades de oposição ao regime militar.

No entanto, as evidências eram muito fortes e mostravam o jogo sujo da extrema direita, que se articulava com setores militares. O general Golbery do Couto e Silva, principal articulador da abertura e chefe do Gabinete Civil da Presidência, manobrou para que o inquérito sobre o Riocentro caminhasse por vias legais. Não conseguiu seu intento e, desgastado, demitiu-se em agosto.

Apesar dos perigos que corria a redemocratização, os militares pró-abertura garantiram a sua continuidade e a oposição democrática ganhou força para denunciar o terrorismo e formar uma frente de luta contra ele. A **linha dura** recuava cada vez mais e as eleições de 1982 deram uma nítida vitória à oposição mais uma vez. Era a resposta da sociedade aos algozes da democracia.

A profunda recessão econômica, apesar das promessas do ministro Delfim Neto e de seu Terceiro PND, produzia efeitos drásticos para aqueles que pretendiam o continuísmo militar. Em 1983, teve início uma campanha, articulada pelos partidos de oposição e entidades da sociedade civil, que contestava frontalmente a legitimidade das eleições indiretas: era a campanha das Diretas Já!



Paulo Caruso aproveita uma foto da Praça da Sé, durante uma manifestação pelas Diretas Já, para fazer uma charge.



Em março daquele ano, um deputado de Mato Grosso, Dante de Oliveira (PMDB), apresentou ao Congresso uma emenda constitucional que restabelecia as eleições diretas para presidente e vice em 1985. Enquanto essa emenda tramitava no Congresso, a campanha das Diretas Já ganhava as ruas com comícios que chegaram a ter mais de um milhão de pessoas, como no Vale do Anhangabaú, em São Paulo. A sociedade se empolgava e entusiasticamente aplaudia e participava da campanha. Mas a emenda não conseguiu alcançar os 2/3 dos votos necessários para sua aprovação e foi rejeitada por 22 votos.

Apesar da derrota das Diretas Já, o regime militar estava com seus dias contados. Na convenção do PDS para escolher o candidato do partido à Presidência da República, o coronel Mário Andreazza, candidato do governo, foi derrotado por Paulo Maluf. O PMDB, por sua vez, apresentava a candidatura de Tancredo Neves e formava com o Partido da Frente Liberal (PFL – dissidência do PDS, liderada por Aureliano Chaves, Marco Maciel e José Sarney) a chamada Aliança Democrática. O candidato a vice na chapa de Tancredo foi José Sarney, ex-udenista, ex-presidente do PDS, um dos articuladores da derrota da emenda Dante de Oliveira.

Em 15 de janeiro de 1985, o Colégio Eleitoral elegeu Tancredo Neves e José Sarney para presidente e vice. Naquele momento, fazia-se a transição, sem trauma, do poder militar para o poder civil.

Exercícios Resolvidos

01. (Fatec-SP) O modelo político de desenvolvimento que se esboça no Brasil a partir de 1964 está baseado em:

- a) definição de prioridade que buscou primeiro o completo desenvolvimento das atividades agrícolas.
- b) perspectiva da extração dos recursos minerais para incentivo à indústria automobilística.
- c) equilíbrio na relação importação – exportação, garantindo balança de pagamentos favorável.
- d) política de crescimento econômico acelerado pelo incentivo à poupança do assalariado.
- e) expansão dos investimentos estatais em setores básicos da economia.

Resposta: E

02. (UFRGS-RS) Com o chamado **Pacote de Abril**, baixado pelo então presidente Ernesto Geisel:

- a) surgiram os “senadores biônicos” e foram prorrogadas as eleições indiretas dos governadores de Estados.
- b) determinava-se que os presos políticos, trocados por diplomatas seqüestrados, seriam banidos do Brasil.
- c) editou-se um decreto-lei, segundo o qual o presidente podia convocar eleições diretas para o Executivo.
- d) promulgou-se a lei da anistia política, com restrições a quem tinha participado da luta armada.
- e) proibiam-se alianças para a escolha de candidatos aos governos dos Estados, bem como o “voto vinculado”.

Resposta: A

Capítulo 04. A Nova República

1. José Sarney (1985-1990)

1.1. A Posse

Às vésperas de sua posse na presidência da República, Tancredo Neves foi internado no Hospital de Base de Brasília. Motivo alegado: uma diverticulite aguda. Quis o destino que o primeiro presidente civil, depois de 21 anos de ditadura, não tomasse posse.



José Sarney, candidato à vice-presidência, e Tancredo Neves, candidato à presidência, aplaudem manifestação popular durante um comício pela campanha presidencial. Tancredo Neves fez campanha como se as eleições fossem diretas.

O fato era estarrecedor e colocava em perigo a ordem institucional. A “linha dura” e Figueiredo ameaçavam não entregar o poder ao vice, José Sarney. Os dias que se seguiram foram de perplexidade. O sonho se desvanecia, pois ninguém acreditava que Sarney, ex-presidente da Arena, ex-defensor do regime militar, o responsável direto pela não-aprovação das diretas, pudesse atender as expectativas da sociedade por mudanças. O “muda-Brasil” das faixas e cartazes da campanha das diretas e, depois, da campanha indireta de Tancredo, parecia cada vez mais amarelo que verde...

Em 21 de abril de 1985, era anunciada a morte de Tancredo Neves, aos 75 anos, o líder civil que encerrou um longo ciclo de governos autoritários no país.



O povo acompanha o carro de bombeiro que carregava o caixão com o corpo de Tancredo Neves, em São Paulo, com destino a São João del Rey, onde seria enterrado.

Sarney assumiu a chefia do governo num momento de esperança, apesar das grandes dúvidas: era mesmo capacitado para concluir o processo de redemocratização, cuja liderança a nação confiara a Tancredo? Mas havia um

forte consenso de que o regime democrático seria o ideal para o atendimento das aspirações sociais. De certa forma, isso impulsionou o governo Sarney, formado por peemedebistas e pedessistas dissidentes, a enviar ao Congresso diversos projetos de lei, instituindo medidas democratizantes, destacando-se:

- fim do Colégio Eleitoral e restabelecimento das eleições diretas para presidente e vice-presidente da República;
- retorno das eleições para prefeitos das capitais, das cidades consideradas de segurança nacional e das estâncias hidrominerais;
- reconhecimento da liberdade e autonomia dos sindicatos;
- direito de voto aos analfabetos;
- ampla liberdade de organização de novos partidos, inclusive os que viviam na clandestinidade, como o PCB e o PC do B.

O acesso de todos os partidos a quaisquer meios de comunicação ficou também garantido. A legalização dos partidos de esquerda alterou o panorama político-eleitoral, reduzindo, de certa forma, a influência de muitos políticos conservadores.

Com o fim da Lei Falcão, as campanhas eleitorais ganharam uma nova dimensão por meio do “horário gratuito”, dando oportunidade para acirrados debates que, muitas vezes, caíram na agressão pessoal e na falta de respeito aos ouvintes e telespectadores.

Voltávamos à democracia, mas por algum tempo ainda persistiu o que se chamou de “entulho autoritário”, ou seja, algumas leis remanescentes da ditadura, como a Lei de Segurança Nacional, a Lei de Imprensa, a prerrogativa do presidente baixar decretos-leis etc.

Por outro lado, a democracia trouxe à tona todo um conjunto de práticas fisiológicas, como a política do “é dando que se recebe”, o nepotismo (nomeação de parentes para cargos públicos), os deputados “pianistas”, os “trens da alegria” etc., gerando uma visão negativa e perigosa sobre os políticos em geral. A tendên-

cia à generalização tem colocado políticos respeitáveis no mesmo patamar que políticos desonestos. É importante que saibamos distinguir o verdadeiro do falso, pois não se pode nivelar por baixo todos os homens públicos do país. É ainda necessário esclarecer que, sob o regime autoritário, todas essas mazelas na política também existiam, só que a censura não permitia que fossem divulgadas e por isso a população não tomava conhecimento.

1.2. O Plano Cruzado

A ditadura deixou como herança para a Nova República um grande superávit na balança comercial. Em 1985, ele atingiu cerca de 12 bilhões de dólares. A maxidesvalorização da moeda em 1983 e os baixos salários permitiam a redução dos preços dos produtos brasileiros no mercado internacional e daí aumentaram as exportações.



O ministro da Fazenda, Dilon Funaro, ao anunciar à imprensa o Plano Cruzado. Em seguida, o presidente Sarney convocou os brasileiros para colaborarem na fiscalização dos preços: surgiram os “fiscais do Sarney”; não deu certo.

Mas, ao lado desse enorme superávit, a ditadura deixou também uma colossal dívida interna e externa, o aumento do déficit público e uma inflação galopante. A aceleração inflacionária anulava a perspectiva de estabilização da economia e levava muitos empresários a não investirem no setor produtivo da economia, preferindo aplicações a curtíssimo prazo, como o *overnight*.

Por isso tivemos a supervalorização do mercado financeiro em prejuízo do setor produtivo, pois o capital privado procurava garantir o fluxo da renda real. As constantes remarcações de preços também foram outro mecanismo usado pelos empresários para garantir a rentabilidade.

A grande expectativa das massas trabalhadoras por mudanças no governo sustentava a capacidade das organizações sindicais de promoverem mobilizações na defesa de seus interesses. Exemplos disso foram centrais sindicais como a CUT (Central Única dos Trabalhadores) e a CGT (Central Geral dos Trabalhadores), agora mais combativas e inovadoras nos métodos de luta e defesa dos trabalhadores. Aumentos reais de salários, redução da jornada de trabalho, reajustes trimestrais automáticos eram alguns pontos das pautas de reivindicações de 1985 e 1986.

Buscando um tratamento de choque para o processo inflacionário, Sarney e seu ministro da Fazenda, Dilson Funaro, decretaram, em fevereiro de 1986, o Plano Cruzado.

Controle de preços e salários e desindexação da economia foram os dois princípios básicos desse programa de estabilização econômica. A correção monetária foi extinta e congeladas as Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional. A intervenção do governo na economia contribuiu diretamente para a recomposição da renda e para a elevação das taxas de reinvestimento nos setores produtivos pelo empresariado. Apesar das críticas quanto aos mecanismos de reajuste de salários, não há dúvidas de que o Plano Cruzado aumentou a participação dos trabalhadores assalariados nas rendas nacionais, pelo menos nos primeiros meses. O sistema de gatilho (reajuste automático todas as vezes que a inflação atingisse 20%) e o seguro-desemprego contribuíram para isso também.

O congelamento de preços também atuou como um mecanismo de redistribuição de renda, aumentando o poder de compra dos trabalhadores, o que levou a um extraordinário aumento de consumo. A incerteza sobre quanto tempo duraria o congelamento também provocou a febre de antecipação das compras. Exemplo do consumismo, principalmente por parte da classe média, foi a queda de 27% nos depósitos de poupança entre fevereiro e maio de 1986.



A população, ansiosa para sair da crise e impulsionada por um fervor patriótico, passou a colaborar com o governo na fiscalização dos preços, portando no peito um botom com os seguintes dizeres: "Eu sou fiscal do Sarney".

E o governo se popularizava. Milhões vestiram a camisa do Plano Cruzado e saíram pelas ruas como "fiscais do Sarney", fechando supermercados e prendendo caixas e gerentes de lojas. Nas palavras de Paul Singer: *"Milagre ou mágica, eis como o povo está encarando a reforma monetária que o governo decretou em 28/2/1986. Segundo seus autores, com a reforma ninguém perde e todos ganham, pois o sistema econômico, ao se livrar da inflação, adquire mais transparência e racionalidade. Mas o povo está maravilhado porque pensa o contrário: ele acha que o congelamento pune o ricoço, o especulador, o assaltante-remarcador de preços, com ganhos líquidos para o consumidor, sobretudo para o "pequeno", cujo dinheirinho deixará de se desvalorizar a cada dia"*.



A euforia do consumo gerou sérios problemas: a oferta não dava conta da demanda. Os empresários escondiam os produtos ou maquiavam-nos e até diminuía-lhes a qualidade. A cobrança de ágio tornou-se usual. Ao final de oito meses, sem mecanismos de controle por parte do governo, o Plano Cruzado fracassou. A economia voltou a ser indexada e a inflação ganhou nova força de aceleração.

Ficaram, no entanto, os dividendos políticos do Plano. Sarney virou herói nacional; o PMDB, nas eleições parlamentares de 1986, fez 23 governadores e 260 deputados federais. Mas o descongelamento veio alguns dias após as eleições...

A decretação da moratória do pagamento da dívida externa, em fevereiro de 1987, foi a medida de maior repercussão internacional do governo Sarney, que procurava, com isso, promover a defesa das reservas brasileiras e buscar uma solução definitiva para o problema da dívida externa. A reação dos bancos credores fez o governo brasileiro recuar. O resultado foi o fim do relacionamento amigável com o governo norte-americano e os bancos credores a partir do início de 1988.

Um novo plano econômico de combate à crise e de controle inflacionário, o Plano Bresser, também fracassou, e a popularidade de Sarney despencou. O preço político veio logo: desastre eleitoral para o governo nas eleições municipais de 1988, com a vitória de candidatos do PT e do PDT nas grandes cidades e em algumas capitais importantes.

Em janeiro de 1989, um novo plano econômico: o Plano Verão, do ministro Máílson da Nóbrega, que era uma reedição piorada do Plano Cruzado. Foi criado o cruzado novo, promoveu-se uma nova desindexação da economia, com o fim das OTNs, elevação dos juros bancários e recomposição salarial pela média do salário real dos últimos doze meses.

Na prática, o Plano Verão fracassou, e nada de concreto resultou dele. O déficit público aumentou e a espiral inflacionária atingiu a fabulosa taxa diária de mais de 2%, em fevereiro de 1990, mês que antecedeu a posse de Fernando Collor na presidência.

1.3. A Constituição de 1988

De 1986 a 1988, os trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte geraram grande expectativa em toda a nação. A demora na elaboração dessa nova Carta, a maneira conservadora como os constituintes resolviam questões de vital importância para a sociedade e os conflitos ideológicos entre os constituintes provocaram muito desencanto e descrédito quanto à real afirmação do regime democrático no país.

Mas o interessante foi a presença da sociedade organizada nos debates através de entidades e grupos diversos que buscavam influenciar as decisões dos constituintes.

No entanto, surgiu também o Centrão, reunindo parlamentares de direita e de centro-direita, com a finalidade de impedir que as propostas progressistas fossem transformadas em lei. De qualquer forma, a Constituição promulgada em 3 de outubro de 1988 trouxe significativos avanços sociais e políticos para a nação. No geral, ela aprofundou a democracia, garantiu direitos mais amplos aos trabalhadores rurais e urbanos, consolidou os direitos dos cidadãos e deu sustentação jurídica ao estado de direito. Por outro lado, ela exagerou no detalhismo, como, por exemplo, definindo a taxa de juros a ser praticada no país, quando, na verdade, os juros correspondem às expectativas do mercado ou de um certo momento na economia; apresentou contradições como a ampliação das conquistas sociais dos trabalhadores e, ao mesmo tempo, retirava do governo federal os meios para satisfazê-las.



Ulisses Guimarães, conhecido como “o senhor diretas”, pela sua atuação na campanha pelas eleições diretas, segura a Constituição de 1988, promulgada pela Assembléia Constituinte, que ele presidiu.

Entre as inovações que constam na Constituição, destacam-se:

- fim dos decretos-leis, muito comuns durante a Ditadura Militar;
- ampliação dos direitos dos índios sobre a terra que ocupam;
- desapropriação de terras que não cumprem sua função social mediante prévia indenização;
- direito de voto a partir dos 16 anos;
- afirmação do direito de voto ao analfabeto;
- consideração do crime de racismo como “inafiável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, na forma da lei”;
- ampla liberdade e autonomia sindical, bem como direito de greve, exceto para os setores considerados essenciais;
- férias remuneradas acrescidas de 1/3 do salário;
- extensão dos direitos dos trabalhadores urbanos também aos trabalhadores rurais e aos domésticos;
- redução da jornada semanal de trabalho para 44 horas e pagamento de 50% a mais do valor da hora normal para a hora extra.

14. As Eleições Presidenciais de 1989

O último ano do governo Sarney foi, em todos os sentidos, desastroso. O clima de fim de festa expunha a prática fisiológica mais

condenável, o que contribuía para o desgaste da classe política perante a opinião pública. O desgoverno era o prenúncio do caos e da anarquia. Já era possível encontrar colantes nos automóveis com os dizeres: “Figueiredo: eu era feliz e não sabia” ...

Mas a classe trabalhadora, mais bem organizada e mobilizada nas suas centrais sindicais, respondia à crise econômica e ao desgoverno com um sem-número de greves que davam uma amostra do caos econômico e político que ameaçava a institucionalização do regime democrático no país.

Esse era o clima em que ocorreram as primeiras eleições diretas para presidente da República, em novembro de 1989, depois de 20 anos sem que o povo escolhesse democraticamente o supremo mandatário do país. A campanha eleitoral ganhou, assim, contornos ideológicos, pois os mais expressivos candidatos eram de esquerda e de direita, com clara definição de sua linha programática em termos de projetos econômicos, sociais e políticos para o país.

Todos os candidatos, indistintamente, atacaram a política econômica do governo Sarney, a corrupção e a imoralidade administrativa, na tentativa de ganhar a simpatia popular.

A campanha ficou polarizada em torno de alguns nomes de expressão nacional: Paulo Maluf, Mário Covas, Leonel Brizola, do sindicalista Luís Inácio Lula da Silva e do até então desconhecido Fernando Collor de Mello, de família oligárquica alagoana, ex-prefeito “biônico” de Maceió e ex-governador de Alagoas pelo PDS.

Sustentado por um partido inexpressivo – o Partido de Reconstrução Nacional (PRN) – Collor soube como ninguém utilizar a mídia eletrônica para construir uma imagem favorável junto à opinião pública. Tendo como aliado nesse verdadeiro show de marketing político várias emissoras de rádio e televisão, Collor soube vender a imagem de “caçador de marajás” e defensor dos “descamisados”. Collor transformou-se em pouco tempo no símbolo do “novo” contra o “velho”, refletindo o cansaço e o descrédito da população em relação à velharia política.



A campanha eleitoral transcorreu em total clima de liberdade e, em alguns momentos, alcançou elevada tensão. Os debates transmitidos pelo rádio e pela televisão chamavam a atenção de toda a opinião pública. Os comícios mobilizavam milhares de cidadãos em todo o país. A recusa da Justiça Eleitoral em registrar a candidatura de Sílvio Santos, lançada 15 dias antes das eleições, pelo Partido Municipalista Brasileiro (PMN), tornou a decisão dos eleitores alguma coisa realmente séria para o país.

O resultado do primeiro turno mostrou Collor com 25,11% dos votos, Lula com 14,16%, Brizola com 13,60% e Mário Covas com 9,49%. Assim, Collor e Lula deveriam disputar o segundo turno das eleições no dia 17 de dezembro. Um, representante das oligarquias, e o outro, dos operários. Ambos se colocaram como defensores e comprometidos com as massas carentes e descamisadas. Venceu Collor com margem pequena de votos: 43,75% contra 37,86 de Lula. O vencedor gritava aos quatro ventos que o eleito, na sua expressiva maioria, optara pelo seu programa neoliberal e sepultaria de vez a velha política. A direita, embalada no caso do mundo socialista, deu vivas à vitória de Collor e prometeu realizar um governo nunca antes, sequer, sonhado. O futuro iria conferir essas previsões.

Exercícios Resolvidos

01. (Fuvest-SP) Acerca da década de 1980 no Brasil, podemos afirmar, do ponto de vista econômico, que foi um período:

a) de grande expansão, embora fortemente perturbado pelas incertezas quanto à consolidação da democracia.

b) de forte desenvolvimento na indústria, ainda que não acompanhado por outros setores da economia.

c) de recomposição da mão-de-obra, como resultado do declínio das migrações.

d) de recessão das atividades econômicas, tanto que muitos o consideram uma década perdida.

e) de ampla abertura ao capital estrangeiro, propiciando por essa via o aumento do produto interno bruto.

Resposta: D

02. (Mackenzie-SP) O Plano Cruzado, anunciado pelo ministro Dilson Funaro a 28 de fevereiro de 1986, teve ampla aceitação popular, aumentando o prestígio do governo Sarney e do PMDB. Contudo, meses depois, a inflação retornou, levando ao fracasso a política econômica do governo.

Assinale a alternativa que contribuiu para este fato.

a) A redução do poder de compra em decorrência do plano levou a violentas manifestações populares.

b) A derrota do PMDB nas eleições facilitou a queda do ministro Funaro e de sua política econômica.

c) O rápido controle do déficit público, o corte de subsídios e a demissão de funcionários geraram forte oposição ao governo.

d) Preocupado com a vitória nas eleições, o governo não fez os ajustes necessários no plano, o déficit não foi controlado e a produção não atendia a demanda.

e) A violenta recessão provocada pelo plano, já que foram reduzidas as oportunidades de emprego.

Resposta: D

2. Fernando Collor (1990-1992)

2.1. A Política Econômica

Já acostumada com os pacotes econômicos da era Sarney, a população até que não reagiu tanto contra o pacote econômico da ministra Zélia Cardoso de Mello, um dia após a posse do presidente Fernando Collor de Mello. A não ser contra as decisões que quebravam frontalmente as promessas, feitas por ele na campanha eleitoral, de não mexer na poupança popular. O ousado “Plano Brasil Novo”, como ficou conhecido, tinha como elementos fundamentais:



Fernando Collor e Itamar Franco na posse do novo governo em março de 1990: presidente e vice olhando para direções opostas desde o início.

- reforma monetária com a volta do cruzeiro;
- bloqueio rigoroso dos ativos financeiros das pessoas físicas e das empresas;
- enxugamento da máquina administrativa com a extinção de várias empresas estatais e vários órgãos administrativos;
- abertura às importações com o objetivo de aumentar a base tributária;
- congelamento parcial e controlado dos preços;
- prefixação de vários rendimentos, inclusive dos salários.

O aspecto mais criticado do Plano Collor foi, sem dúvida, o confisco da poupança; mas conseguiu reduzir, consideravelmente, a taxa inflacionária, o que provocou uma expectativa positiva de vários setores de uma real possibilidade de solução para um problema tão antigo e de consequências tão dramáticas para a sociedade.

Mas, dois anos após a posse, a inflação já se encontrava no patamar de 21% ao mês. O Plano Brasil Novo fracassara. Collor, que prometera abater a inflação com um único tiro, teve de reestruturar seus planos. Foi destituída a equipe da ministra Zélia Cardoso de Mello, e Marcílio Marques Moreira tornou-se o segundo ministro da Fazenda da era Collor.



Zélia Cardoso de Mello, ministra da Economia de Collor, atrapalha-se tentando explicar o Plano Collor 1

O ministro Marcílio Marques Moreira esforçou-se ao máximo para recuperar a credibilidade do país junto aos organismos financeiros internacionais, e, para isso, retomou negociações e acordos com o FMI, o Clube de Paris e os bancos privados.

Enquanto o crescimento econômico não acontecia, o trabalhador brasileiro vivia o impasse entre salários baixos e inflação alta. A inflação só era controlada em torno dos 25%, com o arrocho salarial. O consumidor não comprava, o comércio não vendia, a indústria não se livrava dos estoques. E a recessão

aprofundava-se cada vez mais. A imagem de Collor encontrava-se desgastada e suja. Não era somente a crise econômica que sujava o governo. O país havia se transformado em campo aberto para epidemias de dengue, malária, lepra e, principalmente, cólera, fruto das condições precárias de saúde e saneamento, agravadas pela deterioração das condições sociais.

Os numerosos escândalos de corrupção envolvendo ministros de Estado, licitações fraudulentas, desvio de verbas, tráfico de influências, superfaturamento nas compras, contratos sem licitações transformaram o governo Collor num “mar de lama” e o levaram ao fundo do poço.

As mais sérias denúncias envolveram o ministro da Saúde, Alcení Guerra, e o ministro Antônio Rogério Magri, acusado de ter sido subornado por uma empreiteira para a construção de uma obra pública no Acre. A cadeia de denúncias envolvia a própria ministra Zélia Cardoso de Mello, acusada de vazar informações que contribuíram para a especulação do preço do café no mercado internacional.

Entretanto, algumas dessas denúncias representavam uma luta de interesses e poder, como por exemplo, as denúncias sobre o “escândalo das bicicletas”, que envolveu o ministro Alcení Guerra, que não passou de interesse do “esquema PC” em tirá-lo do poder e facilitar suas falcaturas juntamente com o seu irmão Luís Romero, secretário executivo do Ministério da Saúde.

2.2.0 Impeachment

A partir de maio de 1992, o país viveria uma das páginas mais trágicas e, ao mesmo tempo, mais cívicas de sua história. A revista *Veja*, naquele mês, trazia uma entrevista com Pedro Collor, irmão do presidente, denunciando um vasto esquema de corrupção liderado pelo empresário alagoano Paulo César Farias, o PC, o tesoureiro da campanha eleitoral de Collor. Segundo Pedro Collor, PC traficava influências, nomeava altos funcionários do Estado e arrecadava milhões de dólares fraudando o Fisco e chantageando empresas.

Na entrevista, o irmão do presidente deixava transparecer que PC mantinha estreitas ligações com o Planalto e que Fernando Collor de Mello usava PC *como instrumento para a realização de negócios escusos, corrupção e assalto ao dinheiro público*.

A entrevista explodiu como uma bomba. O país ficou estarrecido. Em junho, o Congresso instaurou uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar o caso. Muitos acreditavam que tudo “terminaria em pizza”. Outros apregoavam que a democracia brasileira era ainda muito frágil para suportar um processo tão traumático de investigações que acabaria envolvendo o próprio presidente.



No vale do Anhangabaú, em São Paulo, 650 mil pessoas pedem o *impeachment* do presidente Fernando Collor de Mello.

A imprensa abria caminho para as investigações da CPI. A entrevista do motorista Eriberto à revista *IstoÉ*, denunciando várias manobras de Paulo César Farias e seus irmãos, foi histórica. Ela possibilitou o desvendamento do esquema PC baseado na existência de várias contas fantasmas em diversos bancos do país. Ficou rapidamente comprovada a veracidade das denúncias contra Paulo César Farias e suas ligações estreitas com o presidente. A credibilidade de Collor caía vertiginosamente e ele não conseguia convencer a nação de sua inocência em relação à corrupção e ao lamaçal que grassavam no país.

Amigos e colaboradores do presidente bolaram o “Plano Uruguai” para justificar a origem do dinheiro que engordava as contas do presidente, de sua mulher e de outros envolvidos. Ficou comprovado que esta operação era uma farsa grosseira.

A sociedade civil levantou-se mais uma vez e, a partir de agosto, centenas de passeatas e atos públicos em todo o país, organizados principalmente por estudantes, exigiam o *impeachment* do presidente. “A juventude pinta a cara em contestação à bandalheira e sai às ruas exigindo punição aos culpados e restauração da moralidade pública”. A democracia mostrava-se forte e o povo na rua sustentava a investigação da CPI.

Desfecho da CPI: por 16 a 5, vence o pedido de *impeachment* do presidente. Em 9 de setembro, Collor entrou com um mandado de segurança no Supremo Tribunal Federal (STF), tentando conseguir que a votação do *impeachment* na Câmara fosse secreta. Por 8 votos a 1, o parecer do STF foi favorável à votação aberta. Os governistas em desespero continuaram afirmando que as oposições não conseguiriam os 336 votos necessários para aprovar o processo de *impeachment*.

Em setembro de 1992, por 441 votos a favor, 38 contra, uma abstenção e 23 ausências, a Câmara dos Deputados autorizava a abertura do processo de *impeachment* do presidente Collor, numa decisão inédita em toda a história da América Latina. O Senado é que deveria agora dar andamento e finalizar esse processo. Imediatamente foi empossado, como presidente em exercício, o vice-presidente Itamar Augusto Cautiero Franco.

Em 12 de outubro, o arquiteto da redemocratização, o “Senhor Diretas”, como ficou conhecido pela bravura ao liderar a campanha das Diretas Já, Ulysses Guimarães, desaparecia para sempre na queda de um helicóptero, próximo a Angra dos Reis. A morte de Ulysses parece ter sido o contraponto trágico daquele grandioso movimento cívico que ficou marcado para sempre nas páginas da História do Brasil.

No final de dezembro de 1992, Collor renunciou, mas mesmo assim, foi julgado e condenado pelo Senado, sendo definitivamente afastado da presidência da República.

Exercícios Resolvidos

01. (Unicamp-SP) Segundo a imprensa especializada, existem duas maneiras possíveis de controlar a inflação: uma baseada no desenvolvimento e outra na recessão. O que propõe cada uma dessas “fórmulas” e qual delas é a mais utilizada no Brasil?

Resposta

A forma baseada no desenvolvimento ativa o setor produtivo, gerando emprego e equilíbrio com produção e consumo; a forma fundamentada na recessão visa refrear o consumo a fim de controlar a inflação – é a forma mais adotada no Brasil.

02. O Plano Brasil Novo de Collor foi bem recebido pela população, com exceção de um aspecto. Qual?

Resposta

O confisco da poupança.

3. Itamar Franco (1992-1995)

Com o *impeachment* de Collor, o vice Itamar Franco assumiu a Presidência em 29 de dezembro de 1992. Tinha diante de si um quadro social desanimador: inflação, planos econômicos frustrados, população decepcionada e assustada com a expansão da miséria e da recessão.

Ao mesmo tempo, ocorriam investigações sobre corrupção herdada do governo Collor, aparecendo, inclusive, novas denúncias, obrigando o Congresso a ampliar seu trabalho com várias CPIs (Comissão Parlamentar de Inquérito). As mais importantes foram as que investigaram o Orçamento, que envolveram 23 parlamentares, seis ministros e três governadores de Estado acusados de tráfico de influência na distribuição de verbas, a que investigou a Presidência e a CPI que envolvia o ex-presidente Collor e PC-Farias.

Porém o governo Itamar ganhou sua própria personalidade a partir de maio de 1993, com a indicação de Fernando Henrique Cardoso, ministro das Relações Exteriores, para ocupar o Ministério da Fazenda, quando lançou o Plano Real, em julho de 1994. O Plano Real tirou o cruzeiro e, em seu lugar, entrou o real, novo padrão monetário. Ao contrário dos planos anteriores, o Plano Real foi precedido de etapas preparatórias que deram possibilidade de acomodação do mercado e reequilíbrio das contas do governo.

Intuindo no sucesso do plano, que baixou a inflação para 6% em julho, continuando a cair nos meses seguintes, o PSDB, ao qual Fernando Henrique Cardoso pertence, resolveu lançá-lo como candidato às eleições de 1994. Aliando-se ao PFL, a candidatura de FHC foi impulsionada pelo Plano Real, que continuava dando certo. Conforme Lincoln de Abreu Penna, *o PFL foi o parceiro que atendia às necessidades eleitorais para esse fim. Era um partido de grande penetração nos grotões e influente na região Nordeste do país. Com essa estratégia eleitoral perfeitamente azeitada, foi possível juntar forças distintas, porém afins nos propósitos de evitar a ascensão de governos sem compromissos com as medidas de austeridade que o país reclamava, de acordo com os mesmos aliados. Com este intuito e apesar da discrepância política em algumas regiões, a aliança da social-democracia com os liberais ganhou consistência e força eleitoral suficiente para o sucesso dessa estratégia (...).*

O resultado consagrador das urnas (54,2%), dando a vitória em primeiro turno ao candidato apoiado pelo governo, provocou uma sensível desarticulação nas esquerdas, aturdidadas pelo resultado até certo ponto surpreendente e pelo destino de duas lideranças nacionais representativas dessa corrente política e ideológica: Lula e Brizola, pela segunda vez derrotados eleitoralmente.



Itamar Franco toma posse como presidente do Brasil, em solenidade efetuada no Congresso Nacional.



O ministro da fazenda Fernando Henrique Cardoso mostra à imprensa um modelo da nota de 1 Real. O Plano Real alavancou o prestígio de Fernando Henrique, possibilitando-lhe candidatar-se à Presidência da República e vencer.

4. FHC (1995-2002)

4.1. O Primeiro Mandato

Sustentado pelo Plano Real, o governo FHC. continuou baixando a inflação, a qual se manteve à taxa de 5% ou 6% ao ano. Entretanto, o plano ocasionou efeitos preocupantes como a inadimplência e o desemprego. Uma soma de fatores provocou essa situação: juros altos, estoques, concorrência com os importados, expansão tecnológica e cheques pré-datados.

Em relação a isso, o ministro da Fazenda, Pedro Malan, anunciava que *o governo pretendia dar continuidade às mudanças estruturais da economia. Precisamos modernizar o setor público, aumentar a eficiência na gestão da coisa pública, iniciar a reforma da previdência e reduzir o chamado “custo Brasil”. Nós temos de reduzir o custo do capital, o custo da contratação da mão-de-obra, da tributação que incide sobre a atividade produtiva, bem como nossos custos portuários e de infra-estrutura.*

Temos de desregulamentar e desburocratizar várias áreas.

Porém, várias dessas reformas não foram feitas, principalmente em razão dos entraves surgidos no Congresso Nacional, pois estão em jogo vários interesses que, por sua vez, pressionam por todos os lados.

O processo de privatização, iniciado ainda no governo Collor, ganhou intensidade no ano de 1997, quando foi privatizada a Companhia Vale do Rio Doce. Ao mesmo tempo, o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) acirrava ainda mais sua atuação em ocupações de terras devolutas e latifúndios improdutivos, tentando agilizar o mecanismo da reforma agrária – neste país, a terra sempre foi um entrave nas relações sociais e econômicas de maior relevância – que se arrasta desde a época colonial.

Nesse mesmo ano de 1997, aceitou-se a hipótese de reeleição do presidente da República. Entretanto, os partidos aliados a FHC que-

riam que tal medida também beneficiasse todos os cargos dos executivos – estaduais e municipais – e dos governantes em exercício. A reeleição visava, entre outros aspectos, à manutenção do Plano Real e dos fluxos de investimentos internacionais. Após inúmeras negociações – algumas duvidosas – o Congresso Nacional aprovou a emenda constitucional que garantia a reeleição a todos os cargos executivos.

Dessa forma, mesmo com um quadro social meio conturbado, mas tendo ainda o Real como escore política, o presidente FHC lançou-se à reeleição e conseguiu, ainda no primeiro turno, vencer seu principal oponente, Luis Inácio Lula da Silva, do PT.

4.2. O Segundo Mandato

Logo após sua posse, foi oficialmente inaugurado o Mercosul (Mercado Comum do Sul), união aduaneira composta por Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai. Dessa forma, as tarifas alfandegárias existentes, entre esses países, sobre quase todos os produtos comercializados foram extintas. Porém, com os problemas políticos e econômicos surgidos na Argentina em 2001/2002, o Mercosul foi seriamente abalado.

Outro problema sério que abalou o segundo mandato de FHC decorreu da especulação intensa, feita principalmente por especuladores internacionais. O Banco Central foi obrigado a intervir no mercado, colocando dólares à venda para manter a sua cotação em patamares aceitáveis em relação ao real.

Em 2002, teve início o processo sucessório para eleições presidenciais e o governo lançou seu candidato, o ex-ministro da Saúde José Serra. Mesmo o governo possuindo ainda algum prestígio, o seu candidato não consegue convencer os eleitores, pois o candidato opositorista, Luis Inácio Lula da Silva, do PT, mantém-se folgadoamente em primeiro lugar em todas as pesquisas feitas até poucos dias antes do pleito.



Folha de S. Paulo, 23/07/2002

Exercícios Resolvidos

01. (Vunesp) A necessidade de integração regional de países latino-americanos, para enfrentar os grandes blocos econômicos mundiais, resultou na criação do Mercosul, no início da década de 1990. Indique os países que participaram dessa tentativa de integração.

- a) Paraguai, Argentina, Brasil e Peru.
- b) Peru, Paraguai, Brasil e Chile.
- c) Brasil, Argentina, Chile e Uruguai.
- d) Uruguai, Brasil, Paraguai e Bolívia.
- e) Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai.

Resposta: E

As décadas de 80/90 marcam o fim da bipolarização do mundo (URSS x EUA), surgindo a necessidade da união de blocos econômicos para enfrentar tal demanda (Integração Regional). Na América Latina temos o Mercosul (Brasil – Argentina – Paraguai – Uruguai).

02. (ENEM) Depois de estudar as migrações, no Brasil, você lê o seguinte texto:

O Brasil, por suas características de crescimento econômico, e apesar da crise e do retrocesso das últimas décadas, é classificado como um país moderno. Tal conceito pode ser, na verdade, questionado se levarmos em conta os indicadores sociais: o grande número de desempregados, o índice de analfabetismo, o déficit de moradia, o sucateamento da saúde, enfim, a avalanche de brasileiros envolvidos e tragados num processo de repetidas migrações (...)

Adaptado de Valin, *Migrações: da perda de terra à exclusão social*.

Um dos fenômenos mais discutidos e polêmicos da atualidade é a “globalização”, a qual impacta de forma negativa:

a) a mão-de-obra desqualificada, desacelerando o fluxo migratório.

b) os países subdesenvolvidos, aumentando o crescimento populacional.

c) o desenvolvimento econômico dos países industrializados desenvolvidos.

d) os países subdesenvolvidos, provocando o fenômeno da “exclusão social”.

e) a mão-de-obra qualificada, proporcionando o crescimento de ofertas de emprego e fazendo os salários caírem vertiginosamente.

Resposta: D

A globalização capitalista é um processo que está “engolindo” as indústrias de países em desenvolvimento devido ao poderio das grandes multinacionais e à tecnologia em constante avanço.

5. Lula (2003–)

O metalúrgico e líder sindical Luís Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores, ao tomar posse na presidência da República, em 1º de janeiro de 2003, criava uma intensa expectativa. Pela primeira vez na história do país um trabalhador chegava ao mais alto cargo político da nação. A festa na capital — Brasília — era feita por 150 mil pessoas que, como dissera Lula, haviam colocado a esperança no lugar do medo.

Lula deu início ao seu governo lançando o Programa Fome Zero, cujo objetivo consistia em combater a subnutrição que afeta milhões de brasileiros. Manteve a política econômica de seu antecessor, FHC, ao honrar os compromissos e acordos internacionais e manter a estabilidade da moeda e combater a inflação. Para isso, colocou Antônio Palocci Filho no Ministério da Fazenda e Henrique Meirelles no Banco Central. Essa postura tranquilizou — e agradou — os setores financeiros e o FMI.

As várias denúncias de corrupção que envolveram ilustres figuras do governo e da Câmara dos Deputados, muitas das quais componentes da base aliada do governo, não foram suficientes para minar o prestígio do presidente, que foi reeleito para o mandato 2007-2010.







